



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

KÁSSIA DARA LEAL GUEDES GARRIDO

**Relação China-Angola: Desenvolvimento socioeconômico pós-guerra civil e os
impactos positivos e negativos da relação sino-angolana**

**REDENÇÃO-CE
2021**

KÁSSIA DARA LEAL GUEDES GARRIDO

Relação China-Angola: Desenvolvimento socioeconômico pós-guerra civil e os impactos positivos e negativos da relação sino-angolana

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Administradora Pública.
Orientadora: Mara Rita Duarte de Oliveira.

**REDENÇÃO-CE
2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Garrido, Kássia Dara Leal Guedes.

G241

Relação China-Angola: desenvolvimento socioeconômico pós guerra-civil e os impactos positivos e negativos da relação sino-angolana / Kássia Dara Leal Guedes Garrido. - Redenção, 2021.
56f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira.

1. Angola. 2. Relação comercial. 3. China. 4. Petróleo. I.
Título

CE/UF/BSCA

CDD 382



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
– ICSA CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

APÊNDICE F – FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC

NOME DO(A) ALUNO(A): Kássia Dara Leal Guedes Garrido

TÍTULO DO TCC: Relação China-Angola: Desenvolvimento socioeconômico pós guerra civil e impactos positivos e negativos da relação sino-angolana

Membros da Banca Examinadora	TCC Apresentação Escrita	TCC Apresentação Oral	Média Parcial	Assinaturas
Orientador	10,0	10,0	10,0	<i>Maria Rita Duarte de Oliveira</i>
Membro Examinador 1	10,0	10,0	10,0	<i>Guarany de Lima Jr. Júnior</i>
Membro Examinador 2	10,0	10,0	10,0	<i>Rodolfo Tavan</i>

As notas devem ser atribuídas de zero a dez.

NOTA FINAL: 10,0

O relatório final necessita de correções? sim

Data da entrega: 20/04/2021 (até 15 dias após a apresentação)

A avaliação da **parte escrita** do TCC pela **banca examinadora** deve considerar: contribuição para a área, atualidade do tema e da revisão bibliográfica; coerência entre objetivos, a metodologia empregada e as conclusões do trabalho; qualidade da discussão dos dados e resultados; coerência das conclusões com os objetivos iniciais do trabalho; adequação às normas a apresentação de trabalhos acadêmicos da UNILAB; a forma e correção gramatical de apresentação do trabalho.

A avaliação da **apresentação oral e defesa pública** pela **banca examinadora** deve considerar: conteúdo e forma da apresentação oral do TCC; respeito ao tempo de apresentação de no mínimo 10 (dez) e máximo 15 (quinze) minutos; domínio do tema; segurança na abordagem-argumentação; clareza e objetividade; pertinência e acerto das respostas aos questionamentos formulados pelos membros da banca examinadora.

A todas as mulheres que contribuíram para o desenvolvimento da ciência, aquelas que muito lutaram para que hoje outras guerreiras chegassem até aqui. Serei grata por tudo, minhas eternas vencedoras!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo sopro da vida, por ter me concedido saúde e força de vontade e por ter me guiado por esta trilha.

Aos meus pais Carla e Mário Garrido pelo exemplo de determinação, pelo esforço e dedicação em mim depositados e, principalmente, pelo amor diário. Aos meus familiares, carinho e incentivo.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) seu corpo docente, direção, administração e aos serviços de apoio (limpeza, RU, motoristas) pelo esplendido trabalho e dedicação.

À minha orientadora Dr^a Mara Rita Duarte de Oliveira, os meus eternos agradecimentos pelo suporte e empenho dedicados à elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos da universidade, em especial os da comunidade angolana, pela troca de saberes e conhecimentos, crescimento mútuo e respeito. Ao Ítalo Rafael, meu namorado, por seu carinho, paciência e companheirismo.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram na minha formação, o meu muito obrigado.

“Unilab Twassakidila kitangana yosso ya twa biti kumoxi”

RESUMO

A guerra civil angolana deixou o país em uma péssima situação, tanto econômica como social. Para uma recuperação rápida o país buscava financiamentos de países parceiros, contudo enfrentava dificuldades de obter empréstimos no ocidente por bloqueios do Fundo Monetário Internacional (FMI). No ano de 1993, a China passou a ser uma importadora de petróleo, e desde então o gigante asiático buscou aproximação de países africanos com grandes reservas de petróleo. Nesse contexto, no ano de 2002 ocorreu o primeiro financiamento *chinês* para Angola, desde aquela época o estado *chinês* forneceu diversas linhas de créditos garantidos com petróleo para Angola, visando a reconstrução do país. No presente trabalho discutiremos os principais aspectos da relação sino-angolana, visando determinar os principais pontos positivos e negativos da cooperação da perspectiva angolana.

Palavras-chaves: Angola. China. Relação sino-angolana. Petróleo.

ABSTRACT

The Angolan civil war left the country in a terrible situation, both economically and socially, for a quick recovery the country sought financing from partner countries, however it faced difficulties in obtaining loans in the west due to IMF blockades. In 1993, China became an oil importer, since then the Asian giant sought to approach African countries with large oil reserves. In this context, in 2002 the first Chinese financing for Angola took place, since then the Chinese state has provided several lines of credit guaranteed with oil to Angola, aiming at the country's reconstruction. In this paper we will discuss the main aspects of the Sino-Angolan relationship, in order to determine the main positive and negative aspects of cooperation from the Angolan perspective.

Key-words: Angola, China. Sino-Angolan cooperation. Oil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produção e consumo de petróleo na China entre os anos de 1980 – 2013.....	21
Figura 2 – Valores dos empréstimos que Angola recebeu da China, de 2002 a 2017.....	31
Figura 3 – Dados de exportação angolana para China de 2002-2017.	41
Figura 4 – Exportação e importação de Angola, em bilhões de dolares (2002-2017)	43
Figura 5 – Variação do preço do petróleo ao longo dos anos.....	44
Figura 6 – PIB angolano, em bilhões de dolares (2002-2017)	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Linhas de crédito chinesas entre 2002 e 2016.	28
Tabela 2 – Obras concluídas com as linhas de crédito do Eximbank até 2008.	29
Tabela 3 – Linhas de crédito bilaterais contratadas pelo governo angolano.	32
Tabela 4 – Distribuição de mão de obra	36
Tabela 5 – Indicadores sociais (2002-2017).....	45

LISTA DE SIGLAS

ANIP	Agência Nacional para o Investimento Privado
BDC	Banco de desenvolvimento da China
BICC	Banco industrial e comercial da China
Bpd	Barris de petróleo por dia
CARI	<i>China África Reseach Initiative</i>
CITIC	<i>China International Trust and Investment Corporation</i>
CNOOC	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
CNPC	Corporação Nacional de Petróleo da China
CRBC	<i>China Road and Bridge Corporation</i>
CSIH	<i>China Sonangol International Holding</i>
ENI	<i>Ente Nazionale Idrocarburi</i>
EUA	Estados Unidos da América
Eximbank	Banco de importação exportação da China
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
CIF	Fundo Internacional da China
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
GRN	Gabinete de Reconstrução Nacional
ICBC	Banco Industrial e Comercial da China
LCC	Linha de crédito da China
Libor	<i>London Inter-Bank Offered Rate</i>
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
NOC	<i>Chinese National Oil Companies</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
RPC	República Popular da China
SMP	<i>Staff Monitoring Program</i>
Sonangol	Sociedade Nacional de Combustíveis
SSI	Sinopec Sonangol Internacional
EU	União Europeia
UNITA	União Nacional para a Libertação Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	9
2. CAPÍTULO II.....	11
BREVE HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA E SINO-ANGOLANA	11
2.1 Relação entre China e África.....	11
2.2 Relação entre China e Angola	15
2.3 Fatores que colaboraram para o avanço da relação sino-angolana.....	17
2.3.1 Perspectiva Angolana.....	18
2.3.2 Reconstrução pós-guerra	19
2.3.3 Perspectiva Chinesa.....	20
2.3.3.2 Expansão de mercado.....	22
3. CAPÍTULO III	24
3.1 Condições das linhas de crédito.....	24
3.2 Acordos Financeiros Sino-Angolanos (2002-2016)	26
3.3 Companhias chinesas em Angola: ingresso e efeitos na concorrência e mão-de-obra local	32
4. CAPÍTULO IV	36
EVOLUÇÃO DE ASPECTOS SOCIO-ECOMICOS DE ANGOLA E PONTOSPOSITIVO E NEGATIVOS DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA	36
4.1 A presença de empresas petrolíferas chinesas em Angola	36
4.2 Dados socioeconômicos de Angola.....	40
4.3. Pontos positivos e negativos na relação sino-angolana	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
Sugestões para pesquisas futuras	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O interesse por esta temática de estudo surgiu a partir da minha experiência pessoal como angolana e estudante do curso de Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab/Ceará). No curso de Administração Pública tive a possibilidade de compreender as formas de atuação do Estado e a Administração Pública como administração da esfera pública. Também, as disciplinas, estudos, pesquisas e diferentes referenciais teóricos que me foi apresentado ao longo do curso me possibilitou uma leitura crítica e metódica da realidade econômica, política e social de Angola.

Deste modo, uma das questões que mais me chamou atenção foi à cooperação Técnica entre Angola e China, não apenas pelo efeito sobre o desenvolvimento econômico de Angola, mas também pelo fator da dependência econômica que foi gerado por essa cooperação.

Nesse modelo e cooperação sino-angolana é necessário compreender as formas que se estabeleceram nesse período, quais foram os impactos, as contribuições que essa cooperação trouxe ao nosso país, assim como identificar os fatores positivos e negativos que se assentam nessa cooperação sino-angolana.

Desse modo, trata-se de um estudo que busca enfatizar e demonstrar através de um profundo estudo teórico, com pesquisas em diferentes fontes bibliográficas: “Quais os impactos da dependência econômica de Angola em relação à China, em que medida essas relações de dependência econômica interferem de forma positiva e negativa no desenvolvimento do país e no fortalecimento da gestão pública voltada para a garantia da melhoria da vida social da população angolana?”. Nesse sentido, nosso problema de pesquisa se assenta na análise da questão cooperação, demonstrando através da análise documental e bibliográficas como essa se constitui e seus desdobramentos.

Assim, para responder ao problema de pesquisa definimos como objetivo geral: Analisar os impactos da dependência econômica de Angola e relação à China, apontando os fatores positivos e negativos gerados por essa dependência econômica e que interferem no desenvolvimento econômico, social e cultural de Angola. E, para alcançarmos o objetivo geral, definimos como objetivos específicos: a) Compreender como foi construído os acordos de cooperação entre Angola e China que gerou a dependência de econômica entre os dois países; b) Identificar os fatores que geraram a dependência econômica entre Angola e China; c) Apontar os fatores positivos e negativos gerados por essa relação de dependência; d) Analisar como essa relação de dependência econômica interfere diretamente no

desenvolvimento econômico, social e cultural de país.

Essa busca por compreender o fenômeno da cooperação sino-angolana nos impulsionou a optarmos por um estudo teórico, usando uma abordagem qualitativa de pesquisa, principalmente ao que se refere análise documental e das referências bibliográficas que discutem a temática de nosso estudo.

A pesquisa teórica trata-se da pesquisa que é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (DEMO, 2000, p. 20). É um tipo de pesquisa que é orientada no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, aprofundar e comparar análises, polêmicas e discussões pertinentes. A natureza da pesquisa teórica se explicita por seu objeto privilegiado, isto é, uma formação ideal, uma elaboração teórica, que possibilita aprofundamento do estudo proposto.

Destacamos, aqui, que neste estudo, decidimos utilizar os capítulos em uma ordem crescente de análise e articulados entre si, que se desenvolve, fundamentalmente, em três capítulos. No primeiro, apresentamos um breve histórico das relações sino-africana e sino-angolana; inicialmente refletimos sobre o fortalecimento do interesse chinês no continente africano ao longo do século XX até os dias atuais. Na sequência analisamos os fatores que proporcionaram a relação sino-angolana, tanto da perspectiva angolana, como chinesa.

No segundo capítulo, analisamos o método de empréstimos chineses para Angola, apresentando as principais linhas de créditos no período de 2002 a 2016, tal como os projetos desenvolvidos em território angolano através das linhas de créditos chinesas. Ademais, refletimos sobre os impactos observados em Angola causados pelo ingresso de empresas e trabalhadores chineses no mercado angolano.

No terceiro, fazemos uma abordagem sobre o crescimento da quantidade de empresas petrolíferas em Angola e a forte dependência que a economia angolana tem com o petróleo, uma vez que maior parte das exportações do país é oriunda do petróleo cru. Ademais, serão analisados alguns índices socioeconômicos angolanos ao longo da colaboração sino-angolana. Por último, analisaremos os principais fatores positivos e negativos gerados pela relação.

Nas considerações finais, registramos alguns importantes achados da pesquisa, destacando os pontos positivos e negativos da cooperação sino-angolana e os aspectos que devem melhorar para um maior desenvolvimento econômico e social de Angola.

2. CAPÍTULO II

BREVE HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA E SINO-ANGOLANA

2.1 Relação entre China e África

A relação entre a China e os países africanos é antiga, visto que o primeiro contato se deu nas missões diplomáticas da Dinastia Ming – as famosas sete viagens do navegador Zheng He entre 1405 e 1433, que procuravam o comércio e reconhecimento em nome do imperador chinês em oposição à conquista ou ocupação, ressaltando o contraste com a exploração e conquista europeia da África (ALDEN; ALVES, 2008).

Contudo, foi na década de 1950 em que se deram dois acontecimentos fundamentais para o fortalecimento do vínculo entre a República Popular da China (RPC) e o continente africano, são eles: Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, proclamado no ano de 1954 e a realização da Conferência de Bandung, considerada por muitos o início da relação Sul-Sul (BERNARDO, 2019).

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica foram proclamados no mês de dezembro de 1954, pelo primeiro-ministro chinês Zhou EnLai, na Índia. Tais princípios foram criados com a finalidade de posicionamento frente a países europeus pelo momento de colonização que se passava na África, ademais, firmou-se o posicionamento de países do terceiro mundo contra a colonização. Em outras palavras, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica foram parte de uma estratégia da RPC, para iniciar de modo mais profundo as relações entre a China e a África (JUNIOR, 2016). Os cinco princípios são:

- ❖ *Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;*
- ❖ *Não-agressão;*
- ❖ *Não-ingerência nos assuntos internos;*
- ❖ *Igualdade e vantagens recíprocas;*
- ❖ *Coexistência pacífica.*

Entre uma série de eventos que sucederam à proclamação dos cinco princípios, destaca-se a Conferência de Bandung, evento que ocorreu entre os dias 18 e 24 de abril de 1955, na cidade de Bandung (Indonésia), e contou com cerca de 30 líderes de países asiáticos e africanos (PEREIRA, 2015). Nesse evento, pela primeira vez países em desenvolvimento se juntaram em prol de um objetivo comum, pois, na conferência os países participantes acordaram em não se associarem a nenhum dos lados – americano ou soviético, em um claro posicionamento contra a Guerra Fria (PEREIRA, 2015).

A partir da Conferência de Bandung, criou-se um ambiente harmonioso para a China ampliar as relações com países do terceiro mundo, além disso, é correto afirmar que tais relações eram baseadas principalmente em caráter ideológico – tendo em vista o acontecimento que lhe impulsionou – dentre os países que a RPC se aproximou destaca-se a relação sino-africana. O posicionamento ideológico – de lutar contra o colonialismo, imperialismo e hegemonia do hemisfério ocidental, que a China apresentou com relação à África, fez emergir as divergências ideológicas entre o país asiático e a União Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) (BERNARDO, 2019).

Nesse processo da China de selar relações diplomáticas com países africanos, no ano de 1956, a RPC iniciou relações com o primeiro país africano, com a visita do primeiro-ministro chinês Zho Em-lai ao Egito (ANSHAN, 2007), evento que foi repetido com vários países nos anos seguintes.

Com o passar dos anos a relação sino-africana variou de acordo com acontecimentos que ocorreram no mundo, tais como a Guerra Fria, os países africanos passaram pelo período de luta revolucionária de libertação nacional na década de 1960 e de desenvolvimento autossuficiente nos anos de 1970, enquanto a China passou por um fortalecimento na sua rivalidade com a União Soviética (ALDEN; ALVES, 2008).

Nesse contexto, a China colaborou no processo de libertação nacional nos países africanos, através de apoio humanitário, bélico e diplomático, em especial a África Austral¹ (ASHAN, 2007). Nas duas décadas citadas acima as relações entre a China e África permaneceram sendo em questões ideológicas e não propriamente em questões econômicas (BERNARDO, 2019).

Contudo, durante a década de 1980, após a morte de Mao Zedong e o início da “era” Deng Xiaoping, a China passou por mudanças internas, mudando a prioridade para o desenvolvimento e modernização local. As questões ideológicas – essência da relação sino-africana – foram postas em segundo plano, e o país asiático passou a ter como prioridade a cooperação econômica e cooperação bilateral com países desenvolvidos. No que se refere às alterações na relação com o continente africano, o apoio bélico e humanitário foi limitado, o comércio passou a ser o principal laço (ALDEN; ALVES, 2008; BERNARDO, 2019).

O forte crescimento e diversificação da economia chinesa, resultado das medidas adotadas no início da década de 1980, fez com que o país asiático tivesse a necessidade de

¹ Referente ao sul do continente africano, interligando os oceanos Atlântico e Índico. Composto pelos seguintes países: Angola, África do Sul, Botswana, Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué (GANDA, 2020).

novos mercados e novas fontes de rendimentos econômicos, essas necessidades somadas a buscar por recursos naturais fizeram a RPC se reaproximar do continente africano (BERNARDO, 2019).

As relações sino-africana que tiveram no início apenas questões ideológicas, com o país asiático ajudando na luta da libertação de diversos países, expandiram consideravelmente desde os anos 2000, o comércio entre África e a China cresceu de US\$ 10 bilhões em 2000, para US\$ 114,81 bilhões em 2010, tornando o gigante asiático o maior parceiro comercial da África (AARSÆTHER, 2011).

A África tornou-se uma grande aliada política, pois a RPC passava por um momento de crise após o protesto ocorrido na praça Celestial em 1989, no ato, jovens estudantes protestaram contra a repressão política, corrupção do partido comunista e defendiam reformas urgentes para diminuir o desemprego (PESSINI, 2005).

O ocidente reagiu com críticas a China e boicote diplomático, contudo o isolamento chinês não foi total, pois os países africanos a apoiaram. A partir desse momento a China passou a ver a África como aliada econômico e político, essa diplomacia multilateral futuramente renderia a China apoio necessário para continuar se tornando uma potência com relação à influência no sistema internacional, principalmente na Organização das Nações Unidas (ONU) (ALVES, 2010).

Uma questão em que os chineses têm o apoio dos países africanos é a disputa com Taiwan e o princípio de uma única China, que vem sendo motivo de controvérsias desde a revolução de 1949 e a separação das “Duas Chinas” (BERNARDO, 2019). São Tomé e Príncipe estabeleceram laços diplomáticos com Pequim seis dias após o anúncio do rompimento das relações diplomáticas com Taiwan (BERNARDO, 2019).

Outro setor estratégico que a China busca expandir é o militar, a citar o caso de Djibuti, onde o país asiático já possui um porto e sua primeira base militar fora do território chinês. Djibuti possui importância fundamental devido à proximidade com o estreito de Hormuz, um dos principais *choquepoints*² do mundo devido ao grande fluxo de petroleiros e embarcações militares (PACHECO, 2018).

China também atua na área de tecnologia de ponta, um exemplo é o lançamento de satélite de comunicação nigeriano realizado pelo foguete transportador Longa Marcha-3B a partir do Centro de Lançamento de Satélites de Xichang no ano de 2011. O satélite, produzido

² Local que força o tráfego a convergir e, em virtude das suas características físicas, nomeadamente profundidade, largura ou navegabilidade, limita o movimento. Sua capacidade física para acomodar a circulação marítima é, portanto, limitada PACHECO (2018).

pela Academia Chinesa de Tecnologia Espacial, oferece serviços de comunicação, radiodifusão, conexão com a *internet*, educação à distância e navegação para partes da África. A China fornece serviços de supervisão e controle para o satélite e para suas estações terrestres, o contrato de que abrange a construção e o lançamento do satélite foi de mais de US\$ 300 milhões (EMBAIXADA DA RPC NO BRASIL, 2011; CEPIK, 2011).

Segundo Ouriques (2015), uma das razões para a grande aproximação sino-africanas nas últimas décadas é o afastamento dos principais países ocidentais desde 1980 (Estados Unidos da América (EUA) e membros da União Europeia (UE)), visto que tais países pararam de investir ou diminuíram seu interesse no continente africano. Desse modo, a China foi ocupando o vazio e aproveitando as oportunidades oriundas de suas relações com esses países.

Na década de 1990 a China passou a necessitar de recursos naturais, por contar com uma população enorme, com pouca quantidade de terras agricultáveis, além de baixas opções de recursos energéticos; o país asiático enfrenta um grande desafio para suprir demandas de mercado, insumos, tecnologia, matérias-primas e energia (PAUTASSO, 2010). Nos anos 90 a China fortalece as relações com os países africanos, muito por conta da necessidade de importar matérias-primas tais como: cobre, bauxita, urânio, alumínio, manganês, além do petróleo, produto estratégico que a China passou de importadora para exportadora no ano de 1993 (GONÇALVES, 2010).

Essas necessidades crescentes de matérias-primas e energia foram os principais motivadores do vínculo chinês com os países africanos, a partir de então, em 2010 a África já representava mais de 1/3 do suprimento petrolífero da economia chinesa, isto alimentou o comércio entre as partes, atingindo um crescimento médio de 30% ao ano, nos anos 2000, atingindo em 2008 cerca de 107 bilhões de dólares (PAUTASSO, 2010). Em 2013 a China se tornou o maior parceiro comercial da África, tornando-se o principal destino das exportações dos países da África Subsaariana: Botsuana, Gana, Nigéria, Angola, Quênia, Madagascar, Namíbia, Tanzânia, África do Sul, Zâmbia, Zimbábue (PHAM, BELLO, BARRY, 2018).

Estes e demais fatores como a repressão ocorrida na Praça da Paz Celestial no ano de 1989 e o isolamento promovido pelos Estados Unidos, obrigaram a China a diversificar suas relações exteriores. Aliado a isso, os crescentes acúmulos de capitais, aumentaram a capacidade de a RPC realizar investimentos diretos e fornecer créditos internacionais, proporcionando a expansão da diplomacia para países periféricos na economia mundial, com destaque para o continente africano (PAUTASSO, 2009).

No ano 2000 ocorreu um marco na diplomacia sino-africana, a realização pela primeira vez de um fórum entre a China e Países Africanos, foi realizado no dia 10 de outubro e denominado como Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). O fórum teve como objetivo principal fortalecer o diálogo entre a China e os Países Africanos, tendo como base a igualdade e os benefícios mútuos.

A conferência traçou a direção para o desenvolvimento de uma parceria nova, estável e de longo prazo com igualdade e benefício mútuo entre a China e os países africanos (CALABRESE, 2018). A partir de 2000 a conferência foi realizada de três em três anos, uma vez no país asiático e outra em um solo africano, no total já ocorreram sete encontros: Pequim, China (2000), Addis Ababa, Etiópia (2003), Pequim, China (2006), Sharm El Sheikh, Egito (2009), Pequim, China (2012), Johannesburg, África Do Sul (2015) e Pequim, China (2018) (PAUTASSO, 2009; CALABRESE, 2018).

Em suma a China transformou uma vulnerabilidade e dependência em recursos naturais em uma inserção internacional, esse foi o principal ponto para as parcerias com o continente africano (GONÇALVES, 2010). Nas próximas seções será abordado o histórico das relações sino-angolanas, apontando os fatores que tornaram propício o vínculo entre os dois países.

2.2 Relação entre China e Angola

Entre os países colonizados por Portugal, Angola foi o que obteve independência mais tardia. Apenas em 11 de novembro de 1975 isso se deu por diversos fatores, dentre os quais se podem destacar o fato de o país ser rico em recursos naturais, como petróleo, ouro e diamante. Além de ser um pilar para a navegação portuguesa, por possuir posição geográfica estratégica e melhores infraestruturas portuárias e ferroviárias (BERNARDO, 2019).

No processo de descolonização Angola contou com apoio de diversos países, uma vez que o mundo estava no meio da Guerra Fria e as potências buscavam novos territórios para disseminar sua ideologia. Nesse contexto, foram criados três movimentos de libertação: a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA) (ALVES, 2016).

A FNLA foi fundada no ano de 1950, era liderada por Holden Roberto e tinha apoio dos Estados Unidos, MPLA surgiu no ano de 1961, sob forte influências do marxismo, liderado por Agostinho Neto e com apoio da União Soviética e a UNITA foi fundada no ano de 1964 por ex-membros do FNLA, liderados por Jonas Savimbi. Até o início dos anos 60 a

China apoiava o MPLA, contudo com a ruptura sino-soviética o país asiático passou a apoiar FNLA e UNITA (SILVA, 2008).

Angola tinha o apoio de países com ideologias distintas, mas que tinham o mesmo propósito – a descolonização de Angola–, reflexo dos movimentos presentes no país. De fato, os três movimentos que lutaram pela independência possuíam divergências políticas, militares e ideológicas. Com isso os países estrangeiros ofereciam seu apoio para o movimento que se assemelhava mais as suas ideologias. Dentre os países que tinham maior influência nos movimentos de libertação estavam: China, URSS, Cuba, África do Sul, Congo Democrático e EUA (AARSÆTHER, 2011).

Os primeiros contatos entre a China e os países africanos foram contra o colonialismo, contra a hegemonia da URSS, visto que a RPC tinha objetivo de expandir as suas relações diplomáticas com países do terceiro mundo, e, em Angola não foi diferente. China ofereceu seu apoio na década de 1960 para os movimentos FNLA e UNITA, enviando carregamento de armas, munições e treinamento. Contudo, a atuação do país asiático se intensificou nos anos 70, tanto com auxílios financeiros, quanto militares como armamento e treinamento tático. Neste mesmo período a China centrou seu apoio na FNLA, se afastando da UNITA, e por mais que o MPLA ainda contasse com o apoio da União Soviética o governo chinês também se aproximou deste movimento (ASHAN, 2007).

Após conquistar a independência, o movimento MPLA sobe ao poder, contando com o apoio da União Soviética e da Cuba, neste período o país africano passa por uma adequação ideológica e étnica. Contudo, MPLA não possuía controle de todo território do país, eles predominavam na capital Luanda e tinha em pose as maiores reservas de petróleo, enquanto FNLA possuía grande representatividade no norte do país e a UNITA contava com a maioria dos povos Ovimbundos, etnia bantu angolana que correspondia a 37% da população do país. Os conflitos entre os movimentos foram gradualmente fragilizando a política do país e tornando a guerra civil que teve início ainda no ano da independência, inevitável (BERNARDO, 2019).

A atitude errônea da RPC na questão a qual movimento apoiar resultou em um atraso no reconhecimento diplomático de Angola, o mesmo só se deu em 1983, quase 10 anos após o país africano conquista a sua independência (1975). Com isso, as relações sino-angolanas sofreram gradativas melhoras nos anos de 1990, passando de modo definitivo de apenas questões ideológicas para relações econômicas, a prova disso é que no fim da década de 90, Angola ocupava o posto de segundo lugar nas relações comerciais com a China, entre os países africanos, atrás apenas da África do Sul (CAMPOS; VINES, 2008).

Como citado anteriormente, em 1993 a China passou de exportadora para importadora de petróleo, esse ponto deve-se ao fato de Angola possuir uma alta extração deste minério proporcionando que as relações econômicas entre os dois países fossem fortalecidas após o fim da Guerra Civil, no ano de 2002. Com o término da Guerra Civil, Angola estava completamente endividada, com cerca de quarenta e oito empréstimos garantidos em petróleo. Além disso, necessitava de mais empréstimos para reconstruir o país, uma vez que a Guerra deixou tanto cidade quanto o campo completamente destruído (BRAUTIGAM, 2011).

As instituições financeiras internacionais – principalmente, Clube de Paris e Fundo Monetário Internacional (FMI) – tentavam impor a Angola altos juros, além de medidas que influenciariam na política interna do país. Entre os anos de 1995 e 2004, o FMI propôs pelo menos quatro programas, que requisitavam uma série de reformas, contudo Angola não conseguiu se adequar (BRITO, 2011; PAUTASSO, 2010). Nesta conjuntura, no ano de 2004 se deu a primeira linha de crédito da China para Angola, tendo o petróleo como garantia (FERNANDES, 2015; PAUTASSO, 2010).

Na próxima seção, serão abordados os aspectos em que os dois países passavam no momento dos primeiros empréstimos e como tais aspectos moldaram a relação econômica entre os RPC e Angola.

2.3 Fatores que colaboraram para o avanço da relação sino-angolana

A partir do documento diplomático “Comunicado Conjunto Sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas Entre a República Popular da China e a República Popular de Angola” feito em 2002, as relações bilaterais entre Angola e China foram potencializadas.

Isso se comprovou pelo avanço dos números do comércio sino-angolano entre os anos de 2003 a 2008 e postos que Angola passou a ocupar com a China em comparação com os outros parceiros africanos. Ao fim de 2008 – ano em que o comércio entre os países alcançou US\$ 25,3 bilhões de dólares – as negociações sino-angolanas estavam 58 vezes maiores do que no ano de 2003. Com isso, Angola passou a ser o maior parceiro comercial e maior fornecedor de petróleo para a China, haja vista que em 1999, Angola exportava 40.000 barris de petróleo por dia (bpd) para o gigante asiático, já em 2009 este valor atingiu 800.000 bpd. Apenas um ambiente propício tornaria possível o avanço observado na cooperação sino-angolana no início do século XXI, isso de fato aconteceu e ambos os países possuíam necessidades e interesses que alimentaram esta relação (PAUTASSO, 2011; MINPET, 2010).

Angola tinha acabado de sair de uma Guerra Civil que duraram 27 anos; somado com os movimentos de descolonização o país passou por cerca de 40 anos de conflitos no seu território. Com isso, o país estava completamente destruído, no campo e centros urbanos. Ao término da guerra Angola estava completamente endividada, além de enfrentar barreiras impostas pelo FMI, para conseguir financiamentos de bancos do Ocidente e Clube de Paris (BRITO, 2011).

Angola buscava financiamentos do exterior para se reconstruir, enquanto a China passava por grande crescimento econômico na busca de expandir sua política externa, principalmente com países do terceiro mundo ricos em recursos naturais, visando alimentar energeticamente sua demanda que só aumentava com a ascensão na economia. Além dos recursos naturais, China necessitava de novos comércios, para destinar suas empresas (MAZÉ; CHAILAN, 2020).

Em suma, os principais fatores que proporcionou o desenvolvimento das relações sino-angolana citam-se (lado angolano) a necessidade de reconstrução e a dificuldade em conseguir financiamentos com bancos do Ocidente. Enquanto do lado chinês, destacam-se a busca por recursos naturais, novos mercados para empresas chinesas e o apoio político.

2.3.1 Perspectiva Angolana

O fim da Guerra Civil em 2002 não foi o fim dos problemas angolanos, pois após quase trinta anos de conflitos internos o país estava necessitando urgentemente de uma reconstrução das suas principais estruturas como: estradas, pontes, ferrovias, hospitais, escolas, campos agrícolas, dentre outras (FERNANDES, 2015). Além disso, a pobreza estava crescendo por conta de a maior parte da população ser rural e ter sido obrigada a migrar para a capital, Luanda, onde havia poucos recursos (FERNANDES, 2015).

Esse contexto fez com que o governo angolano encarasse o período pós-conflito como fase de investimento, a fim de promover a reconstrução de infraestrutura e subsídios para a população, com o intuito de garantir o mínimo. Para tanto, era necessário capital estrangeiro (BEGU et al., 2018).

Por outro lado, Angola estava completamente endividada, resultado dos empréstimos garantidos com petróleo que eram costumes desde 1989 (FERNANDES, 2015); além disso, o país sofria certa dificuldade para obter tal capital, pois para tanto deveria se adequar a uma série de medidas impostas pelo FMI, que incluíam diminuição no número de funcionários e departamentos de empresas estatais, por exemplo. Ou seja, ações opostas ao que pretendia o governo angolano (FERNANDES, 2015).

Nessas condições, que ocorre a primeira linha de crédito chinesa para Angola tendo como o petróleo como garantia. Ao contrário do FMI e bancos Ocidentais que sempre impunham reformas, afim minimizar o nível de corrupção, a má governança e o destino em que os empréstimos seriam empregados, a China não exigia transparência política, gestão de receitas, reformas econômicas, ou até mesmo respeito pelos direitos humanos. O país asiático aplicava em suas negociações o princípio de não ingerência e buscavam não influenciar na política interna dos outros países (ALVES, 2007).

Além de não influenciar na política interna de Angola e da dificuldade do país africano de adquirir capital de instituições do Ocidente, os empréstimos chineses possuíam um período de carência de cinco anos, algo que não havia nos empréstimos vindos do Ocidente, o período de pagamento foi estabelecido em doze anos, algo bem mais vantajoso frente ao prazo de quatro anos estipulados nas antigas transações com bancos europeus (BRAUTIGAM, 2011). Nessas condições, nos anos que sucederam ao fim da Guerra Civil, o número de linhas de crédito chinesas em Angola aumentou consideravelmente.

2.3.2 Reconstrução pós-guerra

O primeiro empréstimo chinês se deu no ano de 2002, através do Banco de Importação e Exportação da China (EXIMBANK), no decorrer da década outras instituições chinesas também entraram em acordo com o governo angolano, como o Fundo Internacional da China (CIF) e Banco de Desenvolvimento da China, contudo os acordos com a Eximbank destacam-se por concentrar os maiores valores, serem mais transparentes e terem como principal objetivo obras de infraestrutura, por este motivo as obras realizadas com as linhas de crédito do Eximbank são a maioria das comentadas a seguir (AARSÆTHER, 2011).

Com o primeiro empréstimo foram realizados cerca de 50 projetos com envolvimento de 7 empresas chinesas. Os principais contratos se deram nos setores: hídricos, energéticos, educação e serviços públicos (MOSS; ROSE, 2006). Nos anos subsequentes houve obras no domínio da agricultura com foco na reabilitação de estradas e modernização de irrigação, uma vez que Angola é um país rural e esse setor foi profundamente prejudicado durante a Guerra Civil (ESTEVES, 2008).

Já no que tange as obras públicas, os financiamentos chineses foram utilizados em obras de reabilitação de estradas e pontes – estimasse que cerca de 300 pontes tenham sido destruídas durante a guerra – hospitais que eram infraestruturas de maior prioridade. Outro setor de suma importância para a recuperação da economia angolana no pós-guerra, foi o de transporte, tendo sido realizada com auxílio dos chineses o desenvolvimento da estrada que

interliga Luanda e Negage ao Porto de Cabinda, assim como a recuperação das ferrovias de Moçâmedes, Luanda e Benguela (BORREGO, 2015).

Outra problemática do período pós-guerra que foi minimizado com o auxílio dos chineses foi o de abastecimento de água e energia de Luanda, ambos sistemas contaram com projetos financiados por chineses no valor de 44,5 milhões de dólares, contribuindo assim para diminuir o número de casos de cortes de energia elétrica e para a melhoria da qualidade de água entregue a população (BERNADO, 2019).

Uma obra do governo angolano que merece ser mencionada é a cidade habitacional do Kilamba, o projeto foi financiado pelo Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), no ano de 2007, o projeto foi desenvolvido pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), os valores envolvidos no financiamento não foram divulgados (ROSA, 2015).

Com o financiamento chinês, principalmente por intermédio do Eximbank, Angola realizou as primeiras obras visando a reconstrução do país, entre elas é valido mencionar: estradas, pontes, escolas, linhas ferroviárias, reforma de prédios do governo, portos, melhoria no sistema de abastecimento de água e rede de energia. Assim como, reforma em setores fundamentais como a agricultura, saúde e educação.

Com isso fica visível a importância dos financiamentos chineses, em um momento de turbulência, em que os bancos do Ocidente impunham condições que o país não conseguiria realizar a China apareceu com seu apoio por meio dos financiamentos. Contudo, é claro que a China tinha seus próprios interesses nessa relação, é possível entender tais objetivos analisando o modo que os financiamentos eram traçados, tais fatores serão comentados na próxima seção.

2.3.3 Perspectiva Chinesa

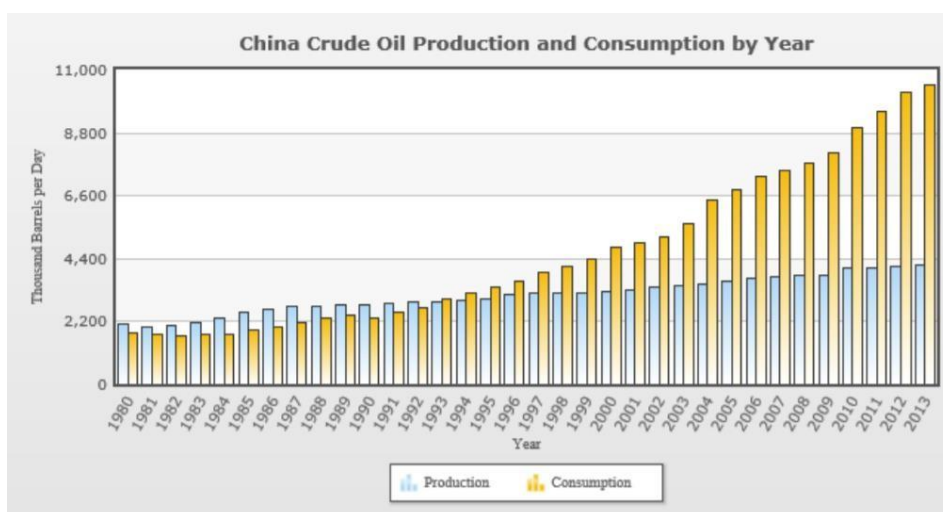
2.3.3.1 Busca por petróleo

As reformas que foram realizadas na década de 1980, aceleraram consideravelmente o crescimento interno do país, e atualmente a China é a segunda maior economia no mundo. Tal feito fez com que o gigante asiático aumentasse sua demanda por energia, principalmente para alimentar a demanda das indústrias que produzem materiais para exportação, mas também para setores voltados para o consumo interno, as vendas de automóveis, por exemplo, subiram consideravelmente. Esse aumento na demanda por energia afeta diretamente o uso do petróleo (BERNARDO, 2019).

A Figura 1 apresenta o crescimento da quantidade de petróleo consumida na China em comparação com a produção interna, a partir do ano de 1980. Como já mencionado

no presente trabalho, no ano de 1993 a RPC passou a exportar petróleo, observando a Figura 1 é possível notar, pois, é exatamente neste ano em que o consumo supera a produção pela primeira vez. Além disso, destaca-se também o crescimento exponencial do consumo no início dos anos 2000 – período em que as relações sino-africanas passaram de questões ideológicas para meramente comerciais.

Figura 1 – Produção e consumo de petróleo na China entre os anos de 1980 – 2013



(Fonte: BERNARDO, 2019)

Os chineses buscam nas relações sino-africanas diversas benevolências, contudo, o principal objetivo do país ao se alinhar com países africanos é o petróleo. A literatura relata isso ao demonstrar que mesmo que as relações bilaterais tenham crescido consideravelmente após o período de descolonização dos países africanos, as relações se mostram bastante seletivas – Sudão, República do Congo, Angola, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria – tendo tais países em comum grandes reservas de petróleo, um dos únicos parceiros da China que não possui grande exportação de petróleo é a África do Sul (AARSÆTHER, 2011).

Em Angola o cenário não difere, no ano de 2019 cerca de 72% do petróleo bruto angolano foi destinado à China, representando 12% do total de importações de petróleo da China (BEGU et al., 2018; MACAUHUB, 2020). Além das linhas de crédito chinesas terem na maioria das vezes petróleo como garantia, o que ficou conhecido como modo Angola, outra forma que a China tem para explorar o petróleo em Angola se dá através de *joint-venture* – parcerias estratégicas entre uma empresa chinesa e outra angolana do ramo petrolífero, com intuito de explorar petróleo no país africano (BERNARDO, 2019).

A primeira empresa chinesa a ter participação em blocos de petróleo angolano foi a *China International Limited*, ao adquirir 25% da Sociedade Nacional de Combustíveis

(Sonangol), no ano de 2005, assumindo 25% dos blocos 3/05 e 3/05-A, ao largo da costa angolana (ANGONOTÍCIAS, 2005).

Contudo, a empresa chinesa que ganhou maior destaque no mercado angolano foi a Sinopec, ao criar uma *joint-venture*, denominada *Sinopec Sonangol International (SSI)*. A união tinha como objetivos principais a extração de blocos em águas profundas, atualmente a SSI possui cinco blocos petrolíferos em Angola: 15/06 (26,32%), 17/06 (27,50%), 18 (50,00%), 31 (15%) e 32 (20%) (SONANGOL, 2020).

Uma questão que foi posta em pauta pela presença das empresas angolanas no setor petrolífero de Angola, foi se os empréstimos concedidos pelo Eximbank facilitavam a entrada das mesmas e a aquisição de blocos de petróleo. Pois, no ano de 2004 – coincidindo com o primeiro empréstimo concedido pelo Exibank –, a Sinopec comprou por US\$ 725 milhões a participação em 50% do bloco 18. A polêmica se deu, pois, aparentemente a empresa indiana ONGC Videsh, já havia assinado um acordo pelos 50% com a Sheel, que até então era a dona da porcentagem. No entanto, a Sonangol vetou a venda, proporcionando assim a entrada da Sinopec (CORKIN, 2011; PAUTASSO, 2011).

Com isso, faz se perceptível a atuação da China no setor petrolífero angolano, seja através de linhas de crédito garantidas com petróleo ou através da aquisição de blocos de petróleo. Além disso, outro fator que alimentou a relação sino-angolana positivamente foi a necessidade de expansão do seu mercado. Essa questão é analisada detalhadamente na seção a seguir.

2.3.3.2 Expansão de mercado

A relação sino-angolana também foi vista pela China como uma possibilidade de expandir a ação das suas empresas, além das *joint-venture* nota-se a atuação principalmente de companhias de construção civil (CORKIN, 2012; TEKA, 2012). É possível compreender este fenômeno ao analisar as linhas de crédito que o governo chinês forneceu a Angola.

O Ministério das Finanças de Angola em conjunto com o Ministério do Comércio da China são responsáveis de gerenciar a linha de crédito e o crédito era dado através da construção de uma infraestrutura, não em dinheiro (AARSÆTHER, 2011). Para tanto, um concurso de empresas é anunciado, contando com no mínimo três empresas chinesas que competem entre si para decidir quem ficara responsável pela obra. Uma vez escolhida a empresa, o crédito fica bloqueado na China em nome do Governo angolano e o desembolso é entre o Eximbank e a empresa chinesa responsável pelo projeto após a conclusão do projeto (AARSÆTHER, 2011).

Com isso, é justificável a larga presença de empresas chinesas do ramo da construção civil em Angola, uma vez que elas foram responsáveis por grande parte das obras financiadas pela Eximbank já citadas nesta comunicação. Contudo, a participação chinesa não se limita a obras de infraestruturas no processo de reconstrução de Angola, em 2017, 61% das exportações angolanas foram destinadas à China, seguido de Índia (12%) e EUA (7,9%). No mesmo ano, as importações angolanas foram compostas por: 21% da China, 19% de Portugal e 6,4% Brasil (OCE, 2018).

Além das empresas chinesas, Angola se tornou atrativa para os cidadãos chineses, eles veem em Angola uma clientela menos exigente e carente por produtos baratos e competem no mercado informal com as Zungueiras³ (ESTEVEES, 2008). Todos esses fatores corroboraram para que Angola se tornasse o principal parceiro da China em África e que o gigante chinês substituísse EUA como principal parceiro comercial dos angolanos.

Após uma breve análise dos fatores que proporcionaram e fortaleceram a relação entre China e Angola, no próximo capítulo será abordado as principais linhas de crédito – como ocorreram, valores e seus desdobramentos – que ocorreram entre os dois países entre os anos de 2002-2016. Este período foi escolhido por abranger os anos em que ocorreram os principais financiamentos, pela maioria das obras de infraestrutura que as linhas de crédito foram destinadas já terem sido concluídas e haver na literatura fontes confiáveis dos dados utilizados.

³ Trata-se de um jargão utilizado pelos luandenses para designar os comerciantes de rua. O termo *zungueiro* tem a sua origem etimológica na palavra *zunga*, outra expressão da língua nacional kimbundu que literalmente traduzida para o português significa circular, andar à volta, girar (SANTOS, 2011).

3. CAPÍTULO III LINHAS DE CRÉDITO CHINESAS EM ANGOLA (ANOS DE 2002-2016)

3.1 Condições das linhas de crédito

Conceitualmente as linhas de crédito são um empréstimo bancário com considerável flexibilidade, direcionado para o curto prazo, em que o credor confere à empresa ou governo o direito de, dentro de um limite previamente determinado, retirar fundos consoante as suas necessidades de tesouraria (ALVES, 2016).

As linhas de crédito chinesas em Angola são oriundas principalmente de estatais chinesas, como a Eximbank⁴, mas também podem ser financiadas por fundos de iniciação privada como é o caso do Fundo Internacional da China. Dentre os financiamentos realizados pelo governo chinês, existem diferenças de acordo da agência que está realizando o empréstimo, “*They differ in administration, being managed by different Angolan institutions as the CIF credit is administered by the GRN office. They also differ in degree of transparency as the Eximbank loans are more transparent*”⁵ (AARSÆTHER, 2011, p. 45).

Existem três semelhanças fundamentais entre os empréstimos da Eximbank e o CIF, são eles: o tamanho dos financiamentos; a garantia em petróleo e o destino que o dinheiro terá que será para projetos de infraestrutura. As últimas duas, deram origem ao termo “*oil-for-infrastructure*”, ou seja, as linhas de crédito chinesas são voltadas principalmente para obras de infraestrutura colaborando na reconstrução de Angola, pós-guerra civil. Ademias, o financiamento garantia a China uma certa quantia diária de barris de petróleo, o valor do empréstimo era depositado em uma conta bloqueada em nome do governo angolano, o valor depositado nesta conta era utilizado para pagar a empreiteira responsável pela execução da obra, após a conclusão do projeto (AARSÆTHER, 2011; BERNARDO, 2019). Ou seja, os financiamentos não resultam em montantes de dinheiro para o governo angolano, o destino é o pagamento das empresas que iram desenvolver os projetos (BEGU et al., 2018).

Segundo Brautigam (2010), o modelo *oil-for-infrastructure* que a China empregou nos contratos com Angola foi inspirado na experiência que o país teve com o Japão, durante o seu desenvolvimento. De acordo com Brautigam, na década de 1970 a China era uma economia agrária rica em diversos recursos naturais (petróleo, carvão, ouro, cobre), enquanto o Japão buscava novos fornecedores de energia, em especial petróleo. Nesse cenário, em 1978 os dois países já haviam assinado setenta e quatro contratos, nos quais o

⁴ China Export-Import Bank (EXIMBANK) foi criada em 1994, opera como um banco de desenvolvimento do governo. A Companhia fornece empréstimos, garantia, liquidação, depósitos, consultoria financeira e outros serviços relacionados a bancos para empresas de importação e exportação (BRAUTIGAM; HWANG, 2016).

⁵ Eles diferem na administração, sendo geridos por diferentes instituições angolanas, uma vez que o crédito CIF é administrado pelo escritório GRN. Eles também diferem no grau de transparência, já que os empréstimos do Eximbank são mais transparentes.

governo japonês financiava projetos de infraestrutura que alavancaram a modernização da China, todos os financiamentos foram pagos com petróleo. Brautigam (2010) defende que a relação entre a China e Japão é um exemplo dos benefícios mútuos do *oil-for-infrastructure*, uma vez que a China conseguiu a infraestrutura necessária para acelerar seu desenvolvimento e o Japão obteve o recurso natural que necessitava.

Devido à falta de informações oficiais, Fernandes (2015) entrevistou em seu trabalho de pesquisa desde membros dos governos angolano e chinês a funcionários envolvidos em algum projeto realizado a partir das linhas de crédito chinesas. Segundo Fernandes (2015), um dos entrevistados que escolheu por ter sua identidade preservada afirmou que o Eximbank indicava duas ou três empresas chinesas para cada projeto e ficava a cargo dos técnicos Gabinete de Apoio Técnico⁶ (GAT) e do Ministério das Finanças angolano a decisão de qual empresa iria executar a obra. De acordo com os dados apresentados por Fernandes (2015), o entrevistado relatou que no início houve uma pressão do lado chinês para que o Eximbank indicasse as empresas para executar os projetos sem participação de nenhum representante angolano na seleção, contudo não foi aprovado pelos interlocutores angolanos.

Como resultado da falta de disponibilidade ou qualidade dos produtos encontrados em Angola, a maioria da matéria-prima utilizada é oriunda de outros países, apenas 5% do gasto final dos projetos chineses são de produtos adquiridos em Angola, pois os produtos adquiridos em Angola são de baixo custo, como: eletricidade, cimento, cascalho e carvão vegetal (CORKIN, 2012).

De acordo com os trabalhos de pesquisa de Fernandes (2015), Aguilar (2009) e Bernardo (2019), é correto afirmar que os empréstimos chineses para Angola levavam vários benefícios para o país asiático, uma vez que beneficiavam a contratação e a regularização de empresas chinesas no exterior e facilitavam as importações de equipamentos e maquinário de origem chinesa, além disso, havia outro aspecto positivo para os chineses a contratação de mão-de-obra, esse aspecto abordado na última seção do presente capítulo.

Até o momento foi apresentado a forma em que as linhas de crédito foram realizadas em Angola por uma perspectiva dos ganhos chineses, que vão deste ao acesso ao petróleo a expansão de empresas chinesas e da sua mão-de-obra. Entretanto, os financiamentos também foram bem positivos para Angola.

⁶ Grupo composto por técnicos associados ao Ministério das Finanças, com a missão de gerenciar e implementar as linhas de crédito (CORKIN, 2012).

Como já mencionado anteriormente⁷, Angola passava por um momento complicado com o FMI – entre os anos de 1995 e 2000 o FMI havia tentado negociar um *Staff Monitoring Program*⁸ (SMP) com Angola quatro vezes e não obteve êxito em nenhum deles – e conseqüentemente, dificuldades de adquirir capital com bancos de países do Ocidente (FERNANDES, 2015). Logo, a China que já tinha seus principais bancos financiando a reconstrução de diversos países na África, surgiu como uma alternativa (AARSÆTHER, 2011).

Dito isso, na seqüência do presente capítulo será apresentado as linhas de crédito realizadas pela China em Angola de 2002 a 2016, é possível que algum financiamento não tenha entrado na lista que será exibida, pela falta de dados confiáveis, como valores envolvidos e a finalidade do crédito.

3.2 Acordos Financeiros Sino-Angolanos (2002-2016)

Para compreender a relação sino-angolana e responder às questões do presente trabalho é necessário analisar como se deu as obras de infraestrutura de reconstrução interna em Angola com o financiamento dos chineses. Na seção que antecede esta foi apresentado os moldes ao qual se dá os financiamentos chineses em Angola, já a presente seção busca analisar os valores envolvidos nas linhas de créditos, tal como apresentar as principais obras de infraestrutura construídas com auxílio do governo chinês.

A Tabela 1 apresenta as linhas de crédito pela China e Angola entre 2002 e 2016. Nela é possível notar o maior número de financiamentos realizados pelo Eximbank, principalmente nos anos que sucederam à Guerra Civil, como também a presença do petróleo como garantia.

Como é apresentado na Tabela 1 a primeira linha de crédito oficial chinesa foi realizada no ano de 2002 pelo Eximbank, o valor de USD 145 milhões foi utilizado para a área de infraestrutura, por exemplo, a reabilitação da rede elétrica e estradas de Luanda e entorno (CAMPOS; VINES, 2008). Mesmo sendo a primeira, a linha de crédito realizada no ano de 2002 fica fora de muitos estudos, por não haver muitas informações sobre o financiamento e por ela não ter sido garantida em petróleo (CAMPOS; VINES, 2008).

⁷ Conferir no capítulo 1 deste mesmo estudo.

⁸ *Staff Monitoring Program* é um conjunto de reformas econômicas negociadas com o FMI que o governo implementa e que o FMI monitora por mais de seis meses ou mais. Um SMP é um precursor dos empréstimos formais do FMI (AARSÆTHER, 2011).

Tabela 1 – Linhas de crédito chinesas entre 2002 e 2016

Ano	Valor (US\$)	Financiador	Garantidos em petróleo?	Finalidade
2002	145 milhões	Eximbank	Não	Infraestrutura
2004	2 bilhões	Eximbank	Sim	Infraestrutura
2005	400 milhões	ZTE	Desconhecido	Telecomunicações
2005	9,8 mil milhões	CIF	Sim	Infraestrutura
2006	8 milhões	Eximbank	Sim	Infraestrutura
2007	2 bilhões	Eximbank	Sim	Infraestrutura
2007	3,5 bilhões	ICBC	Desconhecido	Infraestrutura
2007	500 milhões	Eximbank	Sim	Infraestrutura
2008	1 bilhão	BDC	Não	Agricultura
2010	6 bilhões	Eximbank	Desconhecido	Infraestrutura
2010	2,5 bilhões	BICC	Não	Desconhecido
2014	120 milhões	ICBC	Sim	Infraestrutura
2014	3,8 mil milhões	CIF	Sim	Infraestrutura
2016	837 milhões	ICBC	Sim	Infraestrutura
2016	4,5 mil milhões	ICBC	Sim	Infraestrutura
2016	831 milhões	LCC	Sim	Infraestrutura

Fonte: BERNADO, 2019; AARSÆTHER, 2011.

Três financiamentos merecem destaque por comporem acordos entre o Ministério das Finanças angolano e o Eximbank da China nos anos iniciais da relação econômica, o primeiro foi assinado no dia 2 de março de 2004 e foi de USD 2 bilhões, no dia 19 de julho de 2007 Eximbank realizou uma nova linha de crédito no valor de USD 500 milhões para as obras que se iniciaram com o empréstimo de 2007 e por último ainda no ano de 2007 foi assinado o terceiro acordo no valor de USD 2 bilhões (BERNARDO, 2019).

O Ministério das Finanças angolano disponibilizou em 2008 no seu site oficial um relatório com as obras de infraestrutura em diversos setores financiados pelas três linhas de crédito mencionadas acima. A Tabela 2 é dívida em fase 1, fase 2 e financiamento complementar, cada um deles é referente aos financiamentos dos anos 2004, 2007 e 2008, respectivamente. O valor total de cada fase não é o mesmo do financiamento, pois os dados expostos na tabela são de 2008 – última atualização do governo – logo não contam com projetos que foram realizados posteriormente.

Tabela 2 – Obras concluídas com as linhas de crédito do Eximbank até 2008

Setor	Número de projetos – fase 1	Número de projetos – fase 2	Financiamento complementar	Total
Saúde	9	7	3	19
Educação	20	33	7	60
Energia e água	8	4	5	17
Agricultura	6	4	0	10
Transporte	1	0	0	1
Comunicação	0	4	1	5
Obras públicas	0	0	1	3
Total	44	53	18	119
Valor total	\$ 1,000,000,000	\$ 1,104,931,344	\$ 546,717,590	\$ 2,651,648,934

Fonte: AARSÆTHER, 2011.

Nota-se que a prioridade para as obras nos anos após a Guerra Civil eram a construção de escolas, uma vez que o setor de educação é o que mais possui obras com um total de 60 projetos entregues até 2008, na sequência está o setor de saúde e energia com 19 e 17 projetos entregues, respectivamente.

No setor de saúde, no ano de 2006 foi inaugurado o Hospital Geral de Luanda, o valor envolvido foi relativo ao programa de ajuda externa do governo chinês, não havendo relação direta com as linhas de crédito chinesas.

The decision to build the 100-bed \$8 million Luanda General Hospital was made in 2002, and after tenders in China, COVEC won the bid and constructed the building between July 2004 and February 2006," using 90 percent local labor." (BRAUTIGAM 2011, p.1).

Após quatro anos da inauguração a estrutura do hospital apresentou problemas, sendo necessária uma reforma que foi iniciada no ano de 2010 (BERNARDO, 2019). A equipe técnica responsável por analisar a situação afirmou que a falha foi tanto do lado angolano, quanto do chinês, pois, os angolanos apresentaram pesquisas geológicas imprecisas do local, que resultaram em um projeto defeituoso realizado pelos chineses. Frente a tal

incidente, a China se comprometeu a reconstruir e expandir o hospital, após a construção de enfermarias e sistemas de esgoto temporário (BRAUTIGAM, 2011).

Contudo, as medidas tomadas pela RPC no caso do Hospital de Luanda não minimizaram as críticas e dúvidas dos angolanos em relação às obras realizadas pelos chineses. Por mais que alguns autores argumentem que o caso do Hospital Geral de Luanda foi um caso isolado e que não houve registrado de incidentes com as obras realizadas com o capital da Eximbank (AARSÆTHER, 2011). Segundo o ativista Rafael Marques, a medida para mitigar os danos do ocorrido no caso do Hospital – um hospital de campanha –, é lastimável, uma vez que em 27 anos de Guerra Civil o país nunca teve um hospital em tendas (MADEFORMINDS, 2011).

Já no ano de 2007, o ICBC financiou a maior habitação social no período pós-guerra civil, denominada cidade do Kilamba localizada a cerca de 30 km da capital Luanda, tendo sido gerenciada pelo GRN, o valor do financiamento foi de 3,5 Bilhões de USD, o projeto é composto por 750 edifícios de 8 andares, 12 escolas e cerca de 100 espaços comerciais construídos pelo *China International Trust and Investment Corporation* (CITIC) (VICENTE, 2015).

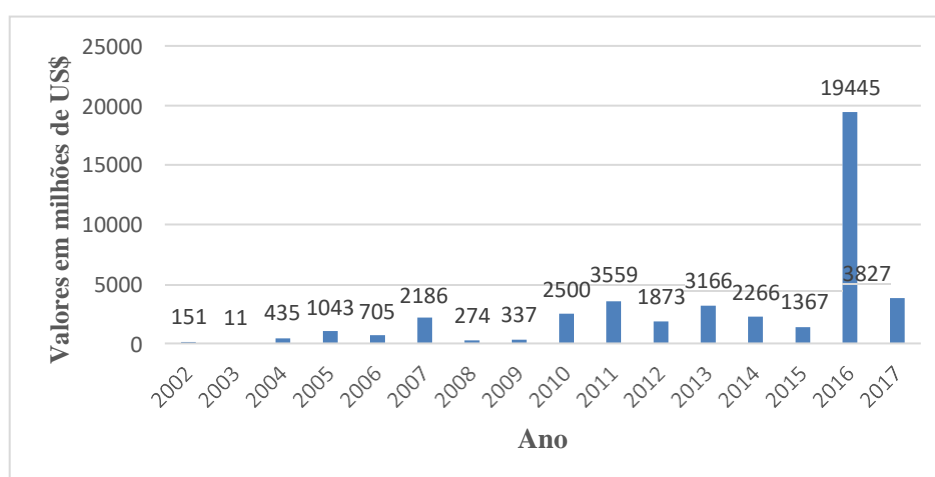
Paulas (2014) contabilizou que entre os anos de 2002 e 2013 foram realizados 74 projetos de infraestrutura – no setor de saúde, educação, energia, agricultura, pesca, transporte, correios, telecomunicações e obras públicas – financiados através das linhas de crédito chinesa em Angola.

A China não publica dados oficiais sobre os empréstimos que realiza na África, pois rotula como segredos de estado, visando obter dados confiáveis para tais movimentações a *China Africa Research Initiative* (CARI) recorre a sites oficiais, bancos centrais, ministérios das finanças e contratados chineses. Em um relatório a equipe do CARI aponta que os financiamentos na relação sino-angolana já ultrapassam 43 bilhões de dólares, as principais fontes para as linhas de crédito são Banco de desenvolvimento da China (BDC) e Eximbank com 26589 e 8272 milhões de dólares, respectivamente (HOPKINS, 2020). A equipe da CARI estimou que entre os anos de 2000 a 2018, ocorreram mais de mil empréstimos chineses em África, concedidos a quarenta e nove países, a soma de todos os empréstimos gira em torno de 152 bilhões de dólares, o valor dos financiamentos não é distribuído de modo homogêneo pelos países africanos, Angola, por exemplo, possui quase 30% do total dos financiamentos, com 43 bilhões dólares de empréstimos de 2000 a 2018 (BRAUTIGAM, 2020).

Na Figura 2 é apresentado dados gerais dos financiamentos por ano de 2002 a 2017, é possível notar o primeiro empréstimo, já citado na presente comunicação, realizado no ano de 2002. Além disso, o ano de 2016 merece destaque por ser o ano em que houve o maior valor dos financiamentos (19445 milhões de dólares) três linhas de crédito apresentadas na Tabela 2 compõem os financiamentos realizados nesse ano.

Como apresentado na Tabela 1 a maioria das obras financiadas pelos chineses foram pagas com petróleo, além de garantia para as linhas de crédito chinesa, a receita do petróleo angolano permitiu o governo pagar uma parcela das dívidas pendentes, assim como aumentar os gastos com orçamento em 30%. Contudo, no ano de 2009 o governo angolano tinha como objetivo substituir as linhas de crédito garantidas por petróleo pela emissão de títulos do tesouro (ALVES; ALDEN, 2009).

Figura 2 – Valores dos empréstimos que Angola recebeu da China, de 2002 a 2017



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do SAIS-CARI.

Com este movimento e a procura por novos parceiros, o governo angolano busca evitar uma dependência econômica com a China, está intenção já se nota a muitos anos, uma prova é que após 2004, ano do primeiro financiamento chinês garantido com petróleo, Angola recebeu linhas de crédito de outros países como: Alemanha, Brasil, Canadá, Portugal, Israel e Índia (FERNANDES, 2015).

Alguns autores⁹ afirmam que os financiamentos oriundos da China possuem condições mais vantajosas que as aplicadas pelos países ocidentais, baseando-se apenas na taxa aplicada, ignorando outros tipos de custos, a Tabela 3 apresenta linhas de crédito que o governo angolano contratou de modo bilateral com alguns de seus parceiros. Nela é possível ver além do valor da taxa aplicada, os custos adicionais envolvidos na negociação.

⁹ Fernandes (2015), Bernardo (2019), Aarsæther (2011).

Tabela 3 – Linhas de crédito bilaterais contratadas pelo governo angolano.

Financiador	Ano	Valor (US\$)	Taxa	Outros custos	Garantia
<i>Export Import Bank of India</i>	2004	40 milhões	1,75%		Ministério das Finanças
<i>Eximbank da China</i>	2004	2000 milhões	Libor a 3 meses + 1,5%	Comissão de gestão 0,3% Comissão de instalação 1% Comissão de imobilização (0,3%)	Petróleo
COSEC Portugal	2004	300 milhões	Euribor + 0,4-0,6%	Comissão de gestão 0,1%	Ministério das Finanças
CIF	2005	9,8 mil milhões	Libor 3 meses + 1,5%	Comissão de gestão (0,3%) e comissão de reserva (0,3%)	Petróleo
<i>Export import Bank of Korea</i>	2005	3,14 milhões	0,60%	Comissão de gestão de 0,1% sobre cada desembolso	Ministério das Finanças
Banco de Desenvolvimento do Brasil	2006	750 milhões	Libor+1%	Comissão de gestão 1%, comissão de imobilização (0,5%)	Petróleo
<i>Export Import Bank of India</i>	2006	10 milhões	Libor 6 meses+2,5%	Comissão de gestão, 0,5% anual e comissão de imobilização (0,5%)	Ministério das Finanças
<i>Eximbank da China</i>	2007	2000 milhões	Libor a 3 meses + 1,25%	Comissão de gestão 0,3%, Comissão de instalação 1%, Comissão de imobilização (0,3%)	Petróleo

Fonte: Adaptado de FERNANDES, 2015.

Entre os financiamentos apresentados na Tabela 3, é possível notar que apenas as linhas de crédito chinesas foram garantidas com petróleo, sendo as outras garantidas pelo Ministério das Finanças angolano. Além disso, nota-se que as taxas aplicadas pelas instituições chinesas, só não são maiores do que a aplicada no financiamento do *Export Import Bank of Índia* no ano de 2006, na qual foi aplicado uma taxa de libor 6 meses + 2,5%. Já os financiamentos chineses contavam majoritariamente com libor 3 meses + 1,5%, além de custos extras com a comissão de gestão (0,3%), de instalação (1%) e imobilização (0,3%), totalizando 1,6 %.

Com isso, Fernandes (2015, p. 192), conclui que: “Comparativamente, os empréstimos com origem no Eximbank apresentam taxas de juro mais elevadas que qualquer um dos empréstimos estado-a-estado com origem nos bancos de exportação”. O fato de o financiamento ser pago de modo trimestral, assegura um fluxo de receitas para a instituição chinesa, esse método não é comum com as restantes linhas de crédito (AARSÆTHER, 2011).

Porém, pontos positivos para os financiamentos chineses frente aos demais assinados em Angola é o tempo de carência, o qual não é usado comumente nos empréstimos oriundos do ocidente e um prazo de doze anos para o pagamento ser realizado, algo bem mais

vantajoso que os cinco normalmente aplicados nos demais empréstimos (FERNANDES, 2015).

Esses dados confrontam os que afirmam que as linhas de crédito chinesas são mais vantajosas que os demais empréstimos. Dito isso, na próxima seção, será analisado o modo de entrada e os impactos das empresas chinesas em Angola.

3.3 Companhias chinesas em Angola: ingresso e efeitos na concorrência e mão-de-obra local

Como os financiamentos do governo chinês no processo de reconstrução de Angola atende a diversos projetos em vários setores¹⁰ e considerando que o acordo inicial realizado estabelecia que cerca de 70% dos projetos seriam realizados por empresas chinesas, o volume de empresas chinesas entrando no mercado angolano em um período pequeno de tempo foi bastante considerável. Segundo Fernandes (2015), o governo chinês fez uma lista composta por cerca de dez empresas estatais chinesas que deveriam se estabelecer em Angola para realizar os contratos de Reconstrução Nacional. De acordo com Fernandes (2015), frente a quantidade e complexidade dos projetos, uma vez em Angola as estatais chinesas subcontratavam ou convidavam outras empresas chinesas, por vezes privados e de menor dimensão, para a realização de parte dos contratos.

Corkin (2012), reforça o fato de as empresas estatais da China abrirem mercado para empresas menores, o autor afirma que estatais e setor privado trabalham em paralelo, uma vez que as estatais contratam empresas da iniciativa privada para a realização de projetos menores. Esse movimento de contratar empresas chinesas para realizar projetos menores – que poderiam ser feitos por empresas locais – foi justificado pelo frágil momento que Angola passava, após os 27 anos de guerra civil.

Com o tempo foi se desenvolvendo novos modos para a entrada de empresas chinesas ou de empresários chineses em Angola, Fernandes (2015) em sua pesquisa, afirma que alguns funcionários – em especial do administrativo – das estatais chinesas, observaram oportunidades e necessidades no mercado e resolveram empreender, abrindo sua própria empresa. Com o passar dos anos, as empresas chinesas foram ampliando o leque de projetos, além dos empreendimentos financiados pelo governo chinês através do Eximbank e do setor privado chinês, os empresários chineses buscaram parceiros locais, com o intuito de ampliar as chances de conseguir êxito em concursos promovidos pelo governo angolano.

¹⁰ Infraestruturas como, construção e reforma de escolas, hospitais, estradas, saneamento básico, telecomunicações, etc.

O projeto de infraestrutura ficava majoritariamente na responsabilidade de empresas chinesas tal como a importação exclusiva de equipamentos e matérias de construção, sendo reservado empresas angolanas 30% dos contratos financiados pelas linhas de crédito chinesas (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009). Segundo Corkin (2012), ao ser contratada uma empresa chinesa atua da seguinte forma em território estrangeiro: inicialmente oferece serviços e matéria-prima para o país africano, em seguida, busca implementar no país anfitrião, cadeias industriais em que as peças são importadas da China, por fim, estabelece uma zona industrial para fabricação. O autor cita como exemplo a empresa *Dongfong Nissan* que estabeleceu uma fábrica de montagem de automóveis em Luanda na Zona Industrial de Viana.

A entrada das empresas chinesas causou um grande impacto no mercado angolano, uma vez que o preço final do produto entregue por eles estavam consideravelmente abaixo do cobrado pelas demais empresas, seja as portuguesas, angolanas ou brasileiras. Além de utilizar principalmente matéria-prima oriunda da China, outra característica das empresas chinesas que entram em Angola é a utilização de mão-de-obra chinesa, os funcionários chineses são um fato fundamental para o custo final das obras chinesas serem abaixo dos valores aplicados no mercado (BERNARDO, 2019; AARSÆTHER, 2011).

Fernandes (2015) afirma que o baixo custo dos empreendimentos chineses está ligado a metodologia de trabalho e as condições. O que tange a metodologia as empresas se utilizam mais da mão-de-obra braçal do que maquinários, gerando uma economia considerável ao evitar a compra de alguns equipamentos, além disso, os trabalhadores chineses vivem em acomodações temporárias da própria empresa no canteiro de obra, com isso, evitasse gastos com transporte e moradia, até mesmo a alimentação é realizada no local de trabalho, produzida por cozinheiros da própria empresa. Segundo Fernandes (2015), os chineses também não recebem o adicional por hora extra, as empresas argumentam que no período chuvoso as horas de trabalho são comprometidas, para compensar os dias chuvosos, em dias secos a carga de trabalho excede às 8 horas, ficando entre 10 e 12 horas, sem o adicional por horas extras.

Além da economia financeira, os chineses argumentam que isso maximiza o tempo, tornando assim possível o cumprimento dos prazos, o prazo é argumento dos chineses também com relação à contratação de angolanos, além da barreira linguística – uma vez que poucos angolanos falam chinês ou inglês –, o tempo gasto para o treinamento dos estrangeiros e questões culturais como luto são vistos pelos chineses como prejudiciais para a produção da empresa (CORKIN, 2012).

No ano de 2000, foi sancionada uma lei em Angola denominada Lei Laboral LGT nº 2/ 2000 na qual determina que empresas registradas no país podem contar no seu quadro de funcionário no máximo 30% estrangeiros, sendo esta porcentagem reservada para cargos técnicos ou uma especificação em que houvesse uma escassez de profissionais capacitados no país. Contudo, as obras financiadas com capital chinês contornaram com facilidade esta lei, pois foram qualificadas como parte do Programa de Reconstrução Nacional e com isso não eram obrigadas a se enquadrar na Lei Laboral (CORKIN, 2012).

A Tabela 4 apresenta uma comparação entre funcionários contratados em projetos de infraestrutura realizados por estatais chinesas¹¹ com o financiamento de Eximbank e por instituições privadas, a citar CIF. Nota-se que os projetos financiados por empresas privadas¹² tendem a contratar mais trabalhadores locais, do que as que são financiadas pelo Eximbank. Isso se dá pela lei citada anteriormente que garante que a mão-de-obra seja no mínimo 70% angolana, a fiscalização e regularização das empresas privadas fica a cargo da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), enquanto os projetos que tem o Eximbank como financiador são fiscalizados pelo GRN, criado em outubro de 2004, sob supervisão direta do Presidente, sendo isenta da Lei Laboral e das regras da ANIP (VINE; CAMPOS, 2008; TANG; 2010).

Tabela 4 – Distribuição de mão de obra

Financiador	Chineses	Angolanos	Total	Angolanos (%)
Eximbank	1264	1872	3136	59.7
Empresas privadas	509	1580	2125	74.4
Total	3353	5482	8871	61.8

Fonte: Adaptado de TANG (2010).

Brautigam (2010), compara o cenário da mão-de-obra chinesa em Angola com o que ocorre na Tanzânia, Egito e Zâmbia, nesses países as empresas chinesas de construção civil estão instaladas desde os anos 80, contam com cerca de 90% de trabalhadores locais. Já Angola que passou a receber empréstimos chineses em 2002 ainda não conta com pessoas qualificadas para alcançar tal patamar.

Essa ideia é reforçada pelos dados da pesquisa de Fernandes (2015), vários dos seus entrevistados, afirmaram que seria difícil para Angola cumprir a cota de 70% de mão-de-obra nacional, pelo fato de grande parte dos projetos em questões terem sido realizados anos

¹¹ A citar, *Sinohydro Corporation, China International Trust and Investment Corporation-Construction e China National Machinery Industry Corporation.*

¹² A citar, *China TianChen Engineering Corporation, China Machinery Engineering Corporation e Highsee Iron and Steel Group Company.*

após o fim da Guerra Civil, logo o país passava por uma escassez de profissionais qualificados, isso teria sido um dos fatores que colaboraram para a inclusão dos projetos de reconstrução financiados pela Eximbank no Programa de Reconstrução Nacional, livrando-os do que foi estipulado na Lei Laboral.

As ações das empresas chinesas geraram diversas críticas, seja por não movimentar a economia interna de Angola, uma vez que a maioria das empresas prefere contratar funcionários chineses e até mesmo as alimentações são produzidas pela empresa, tal como pelo impacto que causou no mercado com os baixos preços apresentados pelas empresas. Gradualmente vão sendo adotadas políticas visando melhorar a imagem negativa que empresas estão criando.

Empresas estatais de construção, a citar, *China Road and Bridge Corporation* (CRBC), *Sinohydro* e CITIC, passaram a enviar grupos de estudantes angolanos para a China para estudar construção de pontes e demais estruturas. Ao regressar, o estudante passa a integrar o quadro de funcionários da empresa que patrocinou o estudo. Outro exemplo, é a *China National Machinery & Equipment Import & Export*, que implementou um programa de treinamento para os trabalhadores angolanos, com foco principal para o uso do equipamento que a empresa importa da China (CORKIN, 2012).

Com as empresas chinesas operando com valores baixíssimos, com pouco tempo as empresas que já estavam instaladas em Angola foram se afastando, por serem impossíveis de competir com os chineses (FERNANDES, 2015). Isso gerou um movimento, que resultou em reunião entre os donos das grandes empresas de construção civil com os interlocutores das principais empresas chinesas, com o intuito de ajustar com as empresas chinesas o nível de preços. Os dois lados chegaram a um consenso, e os valores passaram a ser mais uniformes, por mais que os chineses não tenham gostado muito da ideia, eles não viram outra alternativa, uma vez que as outras empresas possuíam laços com o governo angolano, e caso os chineses negassem teriam seus projetos limitados as que o governo chinês financiava através das linhas de crédito (FERNANDES, 2015).

Com isso é possível afirmar que no período pós-guerra civil, Angola não necessitava apenas de capital estrangeiro para realizar a reconstrução do país, o país precisava também de profissionais capazes tecnicamente e de uma estrutura organizativa dos ministérios, que fosse capaz de gerenciar os projetos de reconstrução, é neste cenário, que no ano de 2004 foi criado o Gabinete de Reconstrução Nacional com dever de agilizar o processo de reconstrução, além de ser um modo do Presidente angolano supervisionar o desenvolvimento das obras financiadas pelo Eximbank (VINE; CAMPOS, 2008).

4. CAPÍTULO IV

EVOLUÇÃO DE ASPECTOS SOCIO-ECONOMICOS DE ANGOLA E PONTOS POSITIVO E NEGATIVOS DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA

4.1 A presença de empresas petrolíferas chinesas em Angola

Angola passou de um produtor médio de petróleo para um dos países africanos que mais exportam o minério a partir das descobertas dos blocos 14, 15, 16 e 17, isso se deu em 1996; com o surgimento desses novos poços e o fim da Guerra Civil o país tornou-se aliado estratégico para a China (SONANGOL, 2020).

A China utilizou do seu aporte financeiro para financiar a reconstrução de estradas, pontes, escolas, linhas de ferro, hospitais, habitações residenciais entre outros. Como apresentado no capítulo 2, os financiamentos chineses seguiam o modelo denominado *oil-for-infrastructure*, no qual a empreiteira responsável pelo projeto era escolhida pelo governo angolano através de um concurso composto por três empresas chinesas, o governo chinês pagava diretamente a empresa selecionada após a entrega do projeto, enquanto o empréstimo era garantido através de petróleo (BEGU et al., 2018).

Contudo, a presença da China em Angola não se limitou aos financiamentos e as empreiteiras de construção civil. Desde o início dos anos 2000 fez-se possível observar o aumento de *joint-ventures* compostas por empresas chinesas e angolanas, estas majoritariamente do campo petrolífero. Além de Angola as *joint-ventures* chinesas estão presentes em outros países africanos, a citar Gabão, Congo Brazzaville e Sudão, todos tem em comum grandes reservas de petróleo (AARSÆTHER, 2011).

Uma das metas da política de segurança energética da China é adquirir ações de petróleo no exterior, para tanto o país asiático busca integrar as suas empresas petrolíferas no cenário dos países parceiros (BERNARDO, 2019). O apoio do governo chinês é essencial para as *Chinese National Oil Companies* (NOC), uma vez que as principais (Sinopec, *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e *Corporação Nacional de Petróleo da China* (CNPC)), não são protagonistas no cenário global (AARSÆTHER, 2011).

As empresas chinesas não possuem o conhecimento técnico, peso financeiro e conhecimento comercial dos europeus e americanos, isso motivou aos críticos afirmarem que Pequim usa a boa relação com o governo angolano para facilitar o ingresso das NOCs no setor petrolífero de Angola (AARSÆTHER, 2011). Além disso, diversos membros do cenário político mundial e pesquisadores apontam os acordos chineses com a Angola um mecanismo para adquirir petróleo, através dos contratos realizados pelos estados e pela presença das NOCs em território angolano. De fato, desde que os financiamentos iniciaram diversas

petrolíferas chinesas ingressaram em Angola, a partir da aquisição de blocos petrolíferos e *joint-ventures* (AARSÆTHER, 2011).

Brito (2011) aponta a entrada da Sinopec (estatal chinesa de petróleo e gás) no cenário angolano, como pilar para os argumentos dos países ocidentais de que a China se utiliza das relações com Angola para garantir acesso ao petróleo, pois em 2014 a Sinopec teria comprado a participação em 50% do bloco 18 pela cifra de US\$ 725 milhões, a polémica se dá pelo fato da Shell – até então dona dos 50% –, já ter assinado, meses antes, um acordo de compra dos com a empresa indiana ONGC Videsh e a estatal petrolífera de Angola (Sonangol), ter utilizado o poder de veto e na sequência forneceu a venda da porcentagem em questão para a empresa chinesa.

Os veículos da mídia apontaram o veto da Sonangol na venda para Shell como uma facilitação a entrada da empresa chinesa (Sinopec), a hipótese no período era que o Eximbank indiretamente estava facilitando a aquisição de petróleo pela Sinopec, pois no mesmo período da venda do bloco 18 o banco chinês estava fechando a linha de crédito de 2 bilhões com Angola (BERNARDO, 2019; AARSÆTHER, 2011).

Nos anos subsequentes a Sinopec criou uma *joint-ventures*, em conjunto com a Sonangol, denominada SSI, a criação visava a operação conjunta em blocos petrolíferos angolanos e a construção da refinaria no Lobito. Atualmente a SSI possui cinco blocos petrolíferos em Angola: 15/06 (26.32 %), 17/06 (27.50 %), 18 (37.72 %), 31 (15 %) e 32 (20 %) (SONANGOL, 2020).

A primeira *joint-ventures* com participação chinesa no setor petrolífero angolano foi a *China Sonangol International Holding* (CSIH) ao adquirir 25% dos blocos 3/05 e 3/05-A, na costa angolana (SONANGOL, 2020). 70% da empresa pertencem ao grupo chinês *Queensway* e os 30% restantes são propriedade da Sonangol (FERNANDES, 2015).

Em 2015, a CSIH possuía 5 blocos de petróleo em Angola, são eles: 3/05 (25 %), 19/11 (10 %), 3/05 A (25 %), 6/06 (20 %) e o bloco Cabinda do Norte (11 %), contudo, a empresa vendeu a sua porcentagem de dois blocos (3/05 e 6/06) para a SSI, e os 11% referente ao poço Cabinda do Norte foram adquiridos pela multinacional petrolífera italiana *Ente Nazionale Idrocarburi* (ENI). Com isso, atualmente a *China Sonangol International Holding* possui parcela apenas dos blocos 3/05 A e 19/11 (SONANGOL, 2020).

Alguns autores¹³ abordaram a relação amigável da Sonangol com as estatais chinesas, Aarsæther (2011) argumentou que esse relacionamento favorável as NOCs

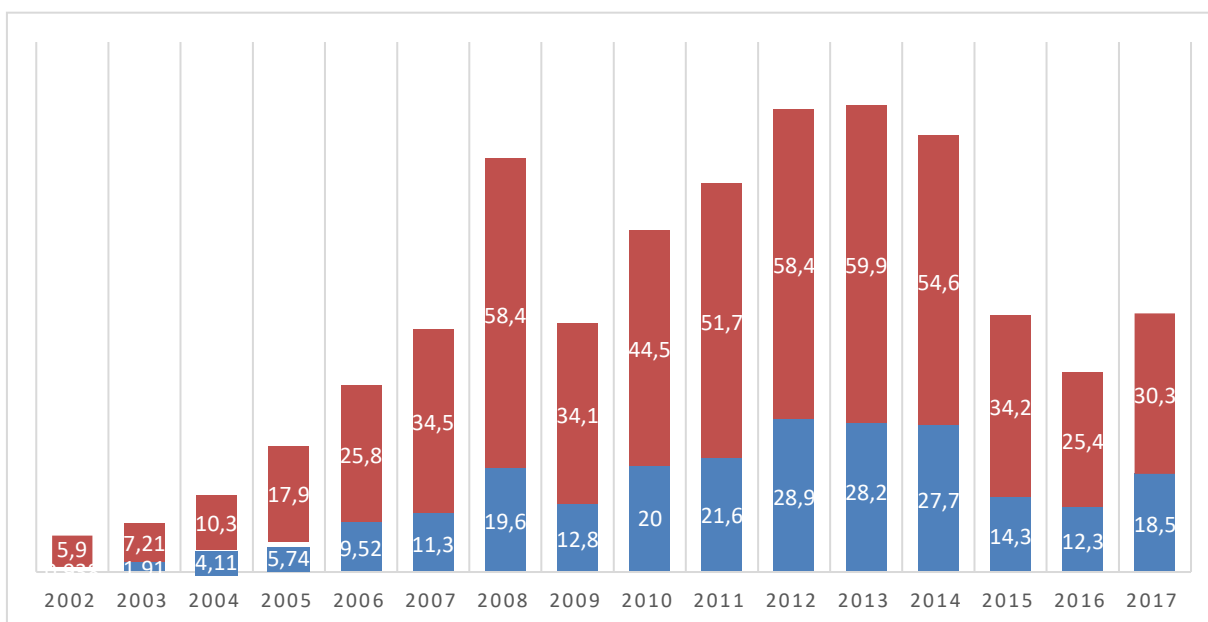
¹³ Aarsæther (2011), Bernardo (2019), Fernandes (2015), Alves (2010).

perduraram até 2007, ano em que a Sonangol decidiu construir a refinaria de Lobito sozinha, cancelando o acordo pré-estabelecido com a Sinopec. A desistência teria ocorrido por divergência no destino que o petróleo refinado teria, Sinopec buscava exportação da produção para a China, enquanto Angola preferia vendê-lo para os mercados europeus, por se tratar de mercados menos regulamentados e com preços mais elevados. Em entrevista, Manuel Vicente chegou a afirmar: “Chegamos a um ponto onde não podemos fazer mais concessões: não podemos construir uma refinaria para produzir para o mercado chinês” (FERNANDES, p.190, 2015).

Contudo, em sua pesquisa, Alves (2010) aponta outra causa para o rompimento no projeto da refinaria de Lobito, segundo Alves o projeto tinha baixas perspectivas de lucro para Sinopec: “O projeto falhou devido a considerações estritamente comerciais que diferenciam os interesses chineses e angolanos” (ALVES 2010, p: 19-20). O fato é que após 2007 diversos blocos de petróleo que as NOCs tentaram adquirir tiveram como destino petrolíferas de outros países. Com isso, Aarsæther (2011) concluiu ser possível que tenha havia ligação entre os financiamentos do Eximbank e CIF e o sucesso inicial das CONs, uma espécie de facilitação para que as empresas chinesas ingressem no mercado angolano. Contudo, segundo Aarsæther (2011), os vetos de Sonangol para a compra de novos blocos e o caso da refinaria de Lobito indicam que a “facilitação” teria acabado com o passar dos anos.

Mesmo com a forte influência política chinesa, as NOCs estão longe de possuir o domínio dos blocos petrolíferos angolanos, a maioria são as empresas norte-americanas (*International Energy, Chevron, ExxonMobil Corporation (Esso), ConocoPhillips*) e europeias (*Ente Nazionale Idrocarburi, SOCO International, Total, Falcon Oil & Gás, Repsol*). Contudo, o que chama atenção é que a China é o principal destino do petróleo bruto produzido em Angola, atualmente cerca de 72% das exportações desse minério vão para Pequim (SONANGOL, 2020; OEC, 2018)

Antes da entrada da China no setor petrolífero em Angola, este era dominado pelos EUA, a prova disso é que no ano de 1998 cerca de 82% das exportações foram destinadas aos Estados Unidos (97% é petróleo cru) (OEC, 2018). Já em 2002, ano do primeiro financiamento chinês, os três principais destinos das exportações de Angola foram: EUA (48%), RPC (16%) e França (9,4%) (OEC, 2018). Com os financiamentos e boa relação de Pequim com o governo angolano os destinos foram gradualmente sendo alterados, no ano de 2008, China ultrapassou EUA, com 34% e 29%, respectivamente. No ano de 2017, China já representava 61%, enquanto os EUA reduziram quase 40 pontos percentuais (OEC, 2018). A Figura 3 apresenta o avanço das exportações angolanas para a China.

Figura 3 – Dados de exportação angolana para China de 2002-2017

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da OEC, 2018.

Na Figura 3, a parcela vermelha representa o valor total das exportações realizadas em Angola em bilhões de dólares, enquanto o azul representa os valores exportados para a China. Visualmente é possível notar o aumento das exportações angolanas, isso se deu muito pelo aumento da produção de petróleo, fácil notar isso, uma vez que a exportação do minério representa cerca de 98% das exportações de Angola (OEC, 2018). Além disso, nota-se o crescimento em porcentagem das exportações destinadas para a China.

É possível observar na Figura 3 uma queda de pouco mais de 40% do valor arrecadado nas exportações angolanas entre os anos de 2014 e 2015. O principal fator que causou esse fenômeno foi a queda no preço do petróleo, que teve início no meio de 2014 e se estendeu até 2018, observando a Figura 3 é possível notar o quanto a economia angolana é dependente do petróleo (BAUMGARTNER, 2017; PREST, 2018).

Esses dados são importantes para analisar o interesse chinês no petróleo angolano, uma vez que 98% das exportações de Angola são oriundas da venda de petróleo bruto. No ano de 2019, cerca de 72% das exportações angolanas foram destinadas à China (MACAUHUB, 2020).

O aumento das exportações angolas destinadas à China, mostra interesse dos chineses pelo petróleo angolano e contradiz o argumento de alguns pesquisadores como Aarsæther (2011), de que as linhas de crédito eram garantidas em petróleo apenas para mitigar o risco de fornecer crédito a um país com pouca credibilidade, outro fato que corrobora a ideia de que os financiamentos não eram garantidos em petróleo para diminuir os riscos é que

mesmo após Angola recuperar-se economicamente e passar a ser visto pelo FMI e demais bancos mundiais como um país para receber empréstimos¹⁴, as linhas de crédito chinesas continuaram garantidas em petróleo.

4.2 Dados socioeconômicos de Angola

O que Angola importa e exporta, e quais os impactos para o país?

O principal produto exportado por Angola é o petróleo bruto, com cerca de 90% do total das exportações realizadas pelo país (OEC, 2018), isso implica em uma série de problemas, pois a economia do mesmo passa a depender quase que exclusivamente de uma *commodity*¹⁵ que historicamente tem um preço com grande instabilidade, variando de acordo com a lei da oferta e demanda mundial (REIS, 2018).

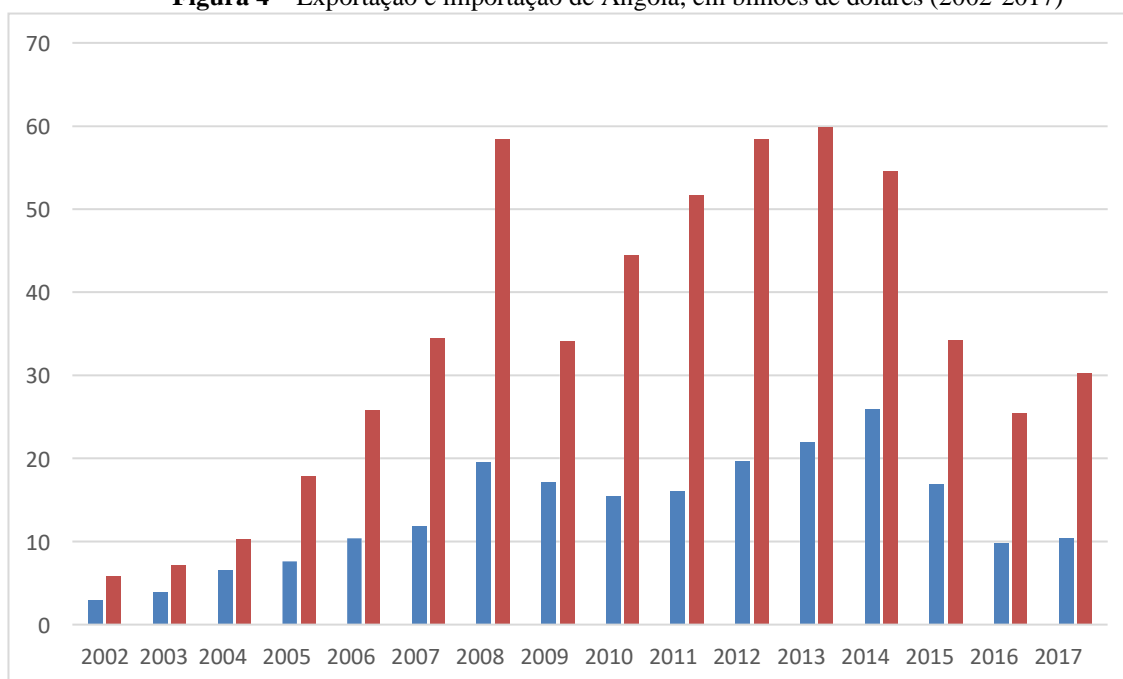
Para analisar a dependência economia de Angola na venda do petróleo é apresentada a Figura 4 que mostra os dados de exportação e importação do país de 2002 a 2017, a Figura 5 mostra variação do preço do petróleo em dólares entre os anos em estudo; já a Figura 6 apresenta a evolução do PIB angolano de 2002 a 2017.

Na Figura 4, a coluna em vermelho representa as exportações em bilhões de dólares, enquanto a coluna azul representa as importações em bilhões de dólares.

É possível notar um aumento considerável dos valores de exportação e importações a partir do ano de 2002, alcançando o maior valor desde então no ano de 2008, ao comparar com a Figura 5 que apresenta o preço do barril de petróleo, nota-se que entre esses anos o valor do barril cresceu consideravelmente, o aumento na curva de exportação pode ser diretamente ligada ao aumento no preço do barril de petróleo, uma vez que cerca de 90% das exportações angolanas são de petróleo bruto; em 2008, por exemplo, as exportações de Angola foram de 58,4 bilhões de dólares, 96%, ou seja, 56,2 bilhões foram oriundos de exportações de petróleo bruto. Ao comparar os dados de exportação (Figura 4) e a variação no preço do barril de petróleo (Figura 5) é possível observar que o aumento no preço do petróleo resulta em um aumento nas exportações angolanas, enquanto uma queda no preço do petróleo tem efeito contrário.

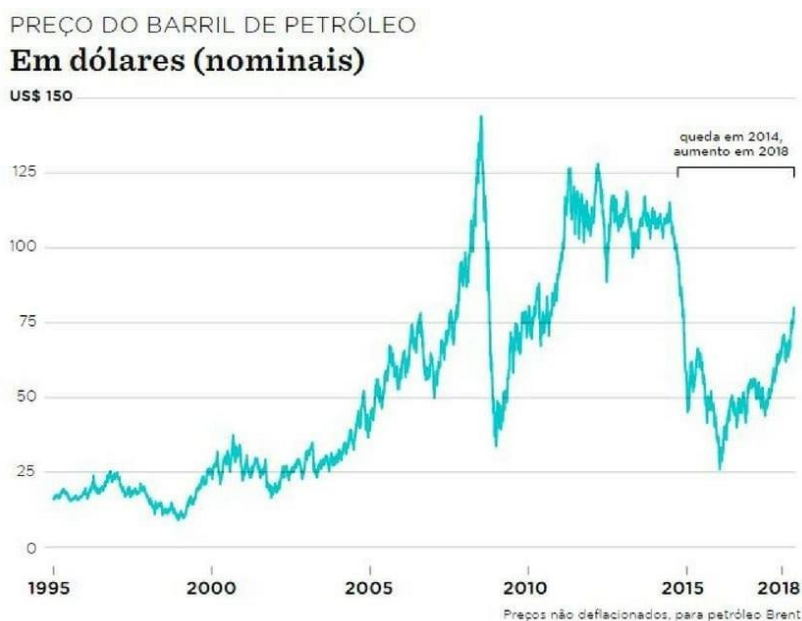
¹⁵ como mencionado no capítulo 2.

¹⁶ mercadoria de baixa industrialização (REIS, 2018).

Figura 4 – Exportação e importação de Angola, em bilhões de dolares (2002-2017)

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do OEC, 2018.

Já as importações são mais heterogêneas, com destaque para máquinas (24%), transporte (11%) e metais (8,8%) e apenas 4,4 % para petróleo refinado, por isso não se faz possível notar o mesmo fenômeno de dependência do preço do barril de petróleo (OEC, 2018).

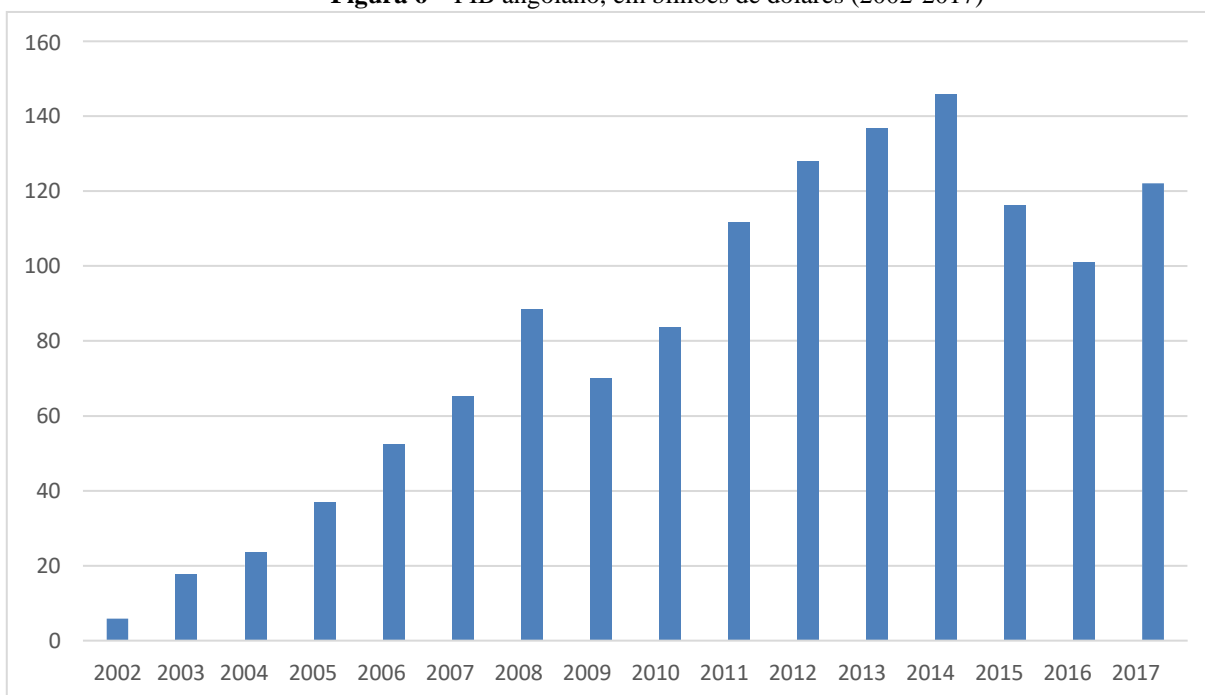
Figura 5 – Variação do preço do petróleo ao longo dos anos

Fonte: REIS, 2018.

A Figura 6 mostra o PIB angolano, no ano do fim do término da guerra civil (2002) até 2017. Assim como nas importações é possível notar no PIB uma certa relação com

o preço do barril de petróleo. Isso mostra a dependência da economia angolana com o preço de mercado do petróleo.

Figura 6 – PIB angolano, em bilhões de dolares (2002-2017)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do OEC, 2018.

Além da necessidade de novas infraestruturas, após quase 40 anos de conflito, a contar guerra civil e conflitos pela liberdade, Angola estava com muitas dívidas e contava com péssimos índices sociais. A Tabela 5 apresenta a evolução de alguns desses índices ao longo dos anos após o fim da guerra civil.

Tabela 5 – Indicadores sociais (2002-2017)

	Esperança de vida ao nascer	IDH	População com acesso a água potável (%)	População com acesso a rede sanitária (%)
2002	49,3	0,418	38,38	22,97
2003	50,3	0,429	38,59	24,22
2004	51,7	0,442	38,81	25,47
2005	52,8	0,455	39,02	26,73
2006	54	0,471	39,23	27,99
2007	55,1	0,492	39,44	29,25
2008	56,2	0,502	39,65	30,52

2009	57,2	0,522	39,85	31,79
2010	58,2	0,52	40,06	33,06
2011	59	0,535	40,26	34,34
2012	59,8	0,543	40,46	35,61
2013	60,4	0,554	52,76	44,85
2014	58,8	0,557	53,54	46,12
2015	59,4	0,565	54,32	47,37
2010	59,9	0,57	55,08	48,63
2017	60,4	0,576	55,84	49,88

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do IBGE, 2020.

É possível notar um avanço em todos os índices apresentados ao longo dos anos, contudo, quando comparado com outros países Angola ainda se encontra em uma situação bem sensível, na esperança ao nascer Angola está em 145° no mundo, no IDH 146°, população com acesso à água 178° e população com acesso à rede sanitária 145° (IBGE, 2020).

Um setor elétrico angolano ainda é precário, estima-se que menos de 50% da população tenha acesso à energia elétrica e devido a instabilidades dos sistemas de geração e transmissão, é comum a parcela da população com acesso à eletricidade sofrer com desabastecimento (BERNARDO, 2019). Isso ocorre devido aos equipamentos utilizados no setor elétrico, que na sua grande maioria são de antes da independência, ou seja, quase 50 anos atrás (DOMBAXE, 2011). Além disso, as infraestruturas de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica foram danificadas durante a guerra civil e não têm recebido manutenção regular, devido falta de recursos financeiros e humanos (DOMBAXE, 2011).

Outro agravante da situação do setor elétrico angolano são os sistemas elétricos, os três sistemas (Norte, Centra e Sul) não estão interligados, ou seja, Angola não possui uma rede nacional de eletricidade. Isso impossibilita um sistema com excedente de energia transferir para outro que produz menos do que a demanda da sua região.

O Sistema Norte serve as províncias de Luanda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Bengo e Malange. A capacidade produtiva é de cerca de 643 MW, ou seja, cerca de 73% do total da ENE. A energia deste sistema é produzida a partir de energia hidroelétrica (71%) e energia termoelétrica (29%). A capacidade de produção deste sistema de produção é muito superior a atual procura de energia nesta zona, no entanto, a falta de interligação entre as redes tem impedido a partilha desta capacidade com as

outras duas redes (ambas com limitações de oferta de energia) e com outras regiões (DOMBAXE, 2011).

Alves (2016), afirma em sua pesquisa que Angola avançou consideravelmente nos últimos anos e parte desse avanço é resultado da relação sino-angolana, porém, os índices sociais apontam que ainda existem diversas preocupações básicas da população a resolver, ademais. Angola deve diversificar a sua economia, abrindo o mercado para novos parceiros e investimentos, com o intuito de diminuir a atual dependência que o país tem para com o petróleo das negociações com a China.

4.3. Pontos positivos e negativos na relação sino-angolana

A cooperação sino-angolana é baseada nos princípios de não ingerência e ganho mútuo (relações win-win) (BORREGO, 2015); a não ingerência proporcionou as primeiras linhas de crédito, uma vez que Angola vinha enfrentando dificuldade de obter capital com bancos ocidentais por conta da sua política interna, o ganho mútuo é o argumento da China de que ambos os países lucram com a cooperação; no caso em questão, Angola consegue, sem reformas políticas, financiamento para se reconstruir com auxílio dos chineses, após mais de quarenta anos de conflitos internos (somando luta por independência e guerra civil), por outro lado, RPC obtém petróleo para suprir sua demanda em constante expansão e consegue expandir a atuação de empresas chinesas, introduzindo-as no mercado angolano. Posto isso, a presente subseção busca analisar os pontos positivos e negativos da cooperação sino-angolana da perspectiva angolana.

É notório que o principal ponto positivo para Angola são os projetos que reconstruíram e modernizaram diversas infraestruturas do país (pontes, escolas, hospitais, estradas, aeroportos, portos, por exemplo); estima-se que cerca de três mil quilômetros de linhas férreas, vinte mil quilômetros de estradas e mais de cem mil casas habitacionais foram construídas (VOA, 2019). Os financiamentos chineses também foram destinados para setores como agronomia, telecomunicações e saneamento básico. Esses projetos foram fundamentais para a recuperação da economia angolana e melhoras obtidas em índices socioeconômicos, como apresentado na Tabela 5.

Contudo, desde o ocorrido com o Hospital Geral de Luanda¹⁷, por diversas vezes a qualidade das construções chinesas é questionada, alguns autores reportaram que poucos anos após entregues, casas, hospitais e escolas construídos pelas empresas chinesas apresentam problemas de infiltração de água, deficiência das redes de esgoto e fissuras

¹⁷ Consultar capítulo 2.

(SOUSA, 2011), portanto, necessitam de reformas; as estradas também são muito criticadas, pela degradação durante o período chuvoso (SOUSA, 2011).

De Cabinda ao Cunene viajando pelas estradas de Angola são visíveis os inúmeros quilômetros de estradas asfaltadas que foram feitas através do financiamento chinês e por empresas chinesas, porém a maioria delas não apresenta a qualidade que é exigida e muitas com poucos anos que foram construídas já requerem manutenção antecipadas. A maioria apresenta buracos, falta de escoamento, fissura e falta de iluminação (BERNARDO, p.96, 2019).

Luamba (2018), afirma que os principais causadores da má qualidade das obras realizadas pelas empresas chinesas são os materiais utilizados nos projetos (maior parte oriunda da China) que são de má qualidade e pôr as empresas prezarem construir em quantidade não em qualidade. Como o mercado de construção civil angolano é dominado pelas empresas chinesas, na maioria das vezes os projetos que apresentam problemas são reparados por empresas chinesas (SOUSA, 2011). Uma solução para essa questão seria uma maior fiscalização das obras pelas autoridades angolanas, assim como mais informações sobre os financiamentos, para que a própria população auxilie na fiscalização, atualmente os países publicam poucos dados relacionados ao orçamento e andamento dos projetos.

O princípio chinês de não ingerência foi elogiado diversas vezes por representantes de governos africanos, por exemplo, o embaixador angolano em Londres, no ano de 2004, ao referir-se sobre os primeiros financiamentos chineses em Angola, afirmou que: “nenhuma condição humilhante foi imposta sobre Angola. A China é uma ‘verdadeira amiga da África’ e permitiu que ela se desenvolvesse sem impor condições políticas” (OURIQUES; SCHMIDT, p.45, 2015). Uma clara referência às condições que o FMI, dessa forma fica claro que a China ajudou Angola a “escapar” da tentativa do FMI de aumentar a transparência e diminuir a corrupção no país (OURIQUES; SCHMIDT, 2015). Contudo, a cooperação sino-angolana e o princípio de não ingerência levantam a preocupação de que o governo de Angola permaneça com práticas corruptas.

A agência *Transparency International* publica, desde 1995, anualmente o relatório *corruption perceptions index*, nele 180 países são classificados por nível de corrupção no setor público, de acordo especialistas e empresários. Angola em 2019 foi classificada em 146º entre os 180 países, com 26 pontos de 100 possíveis (INTERNACIONAL, 2020). Isso mostra que o poder em Angola ainda é muito utilizado para fins privados. A china ocupou a posição 80 no ranking com 41 pontos (INTERNACIONAL, 2020). Embora a cooperação entre Angola e China possa ser apontada como um fator para a baixa colocação angolana, não pode ser o único ou principal, ponderando que alguns países africanos com parcerias semelhantes com RPC estão mais bem colocados (até mesmo que a

própria China), a citar, Botswana (34° com 61 pontos) e África do Sul (70° com 44 pontos) (INTERNACIONAL, 2020).

Por outro lado, um ponto positivo para Angola, da não interferência do estado chinês foi o momento em que os financiamentos iniciaram. Uma vez que no início da relação o país vinha sendo pressionado pelo FMI para implementar reformas estruturais no sistema financeiro e aumentar a transparência nas finanças públicas (CONDE, 2009). Com isso, Angola estava enfrentando dificuldades de renegociar dívidas e obter mais financiamentos destinados à recuperação das suas infraestruturas, pois seus principais parceiros comerciais interpretaram o conflito com FMI como uma falta de interesse por parte de Angola de realizar reformas estruturais (CONDE, 2009).

Nesse contexto a cooperação com a RPC foi fundamental para Angola, além de no primeiro momento ter sido alternativa aos antigos parceiros; com o passar dos anos e a melhora dos índices econômicos angolanos, ocorreu um processo de revitalização do interesse de parceiros tradicionais, como EUA, membros da EU e de outros países emergentes (Índia e Turquia, por exemplo) (NENAKKHOVA, 2018).

Conforme apresentado no segundo capítulo do presente trabalho de pesquisa, os financiamentos chineses para Angola são baseados no modo petróleo por estrutura (do inglês, *oil-for-structure*). Ou seja, China fornece a infraestrutura que Angola necessita, através da contratação de uma empresa chinesa para a realização do projeto (como discutido anteriormente¹⁸, Angola não recebe o valor da linha de crédito, o valor de cada projeto é pago a empresa chinesa pelo estado chinês), em contrapartida, os financiamentos são garantidos pelo petróleo angolano. Com os dados que são fornecidos é possível concluir que de fato ambos os países ganham com os acordos, uma vez que Angola consegue o financiamento para se reconstruir e China petróleo para suprir a demanda da sua economia. Entretanto, ao analisar a situação angolana é possível apontar alguns fatores negativos para o *oil-for-structure*, que também é conhecido como modo Angola.

Como foi visto ao longo do presente trabalho, a economia de Angola é extremamente dependente do petróleo, como o principal interesse chinês é nesse minério, com a colaboração sino-angolana o país africano se torna cada vez mais dependente do petróleo, uma vez que os financiamentos chineses são garantidos com petróleo. Além de ser um recurso natural não renovável, está *commodity* sofre muito com variações no seu preço, o que pode gerar crises econômicas em Angola, como a observada nos últimos anos.

¹⁸ Consultar capítulo 2

A queda no preço do petróleo a partir de 2014, como pode ser visto na Figura 5, refletiu em diversos problemas econômicos para Angola, como aumento na inflação e desvalorização da moeda local (*Kwanza*). Além da desvalorização do petróleo, um fator que colaborou para a perda de valor do *Kwanza* foi o modo dos empréstimos chineses, como discutido no capítulo 2 o dinheiro chinês não chega a Angola, os empréstimos são efetuados através de projetos de infraestrutura realizados por empresas chinesas, como a troca entre os países não é monetária, ocorre uma limitação da circulação monetária em Angola, causando queda no valor da moeda angolana.

Outra característica da colaboração sino-angolana que pode ser apontada como um ponto negativo para Angola é o modo de operação das empresas chinesas de construção civil, além da mão-de-obra, a maior parte dos equipamentos e materiais utilizados nos projetos são importados da China. Portanto, a entrada das empresas chinesas não ajuda a diminuir a taxa de desemprego local, uma vez que a mão-de-obra é majoritariamente chinesa o fato de o maquinário ser de origem chinesa não proporciona uma industrialização para Angola.

Os chineses prezam principalmente pelo prazo das obras e justificam a não contratação de mão-de-obra local questões culturais como limitação na comunicação, uma vez que poucos angolanos falam mandarim ou inglês, questões culturais como luto, folgas pagamentos de horas extras, o empregador chinês conclui que a contratação de muitos angolanos afetaria negativamente a produção da empresa. Além das questões culturais, acredita-se que a baixa quantidade de trabalhadores angolanos nos projetos financiados pelos chineses também está relacionada com a pouca oferta de mão-de-obra qualificada, uma vez que Angola acabava de sair de cerca de 40 anos de conflitos, somados períodos de lutas por libertação e guerra civil.

O esperado é que com o passar dos anos e o amadurecimento da economia angolana, as empresas chinesas passem a contratar mais cidadãos angolanos. Uma vez que em outros países africanos em que a China possui empresas de construção civil atuando a mais tempo ¹⁹, e a maior parte dos funcionários são de trabalhadores locais (BRAUTIGAM, 2010).

¹⁹Tanzânia, Egito e Zâmbia, por exemplo (BRAUTIGAM, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos propostos nesta dissertação, importa realizar considerações finais sob a forma de carácter geral e específico que permitam situar os aspectos principais da investigação e relacionar com os resultados obtidos. De modo a responder se os objetivos propostos no presente trabalho realmente foram alcançados.

O principal objetivo deste trabalho consistiu na análise da relação sino-angolana, buscando determinar os aspectos positivos e negativos de tal cooperação de uma perspectiva angolana. Para tanto numeramos os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Compreender como foram construídos os acordos de cooperação entre Angola e China que gerou a dependência econômica entre os dois países;
- ❖ Identificar os fatores que geraram a dependência econômica entre Angola e China;
- ❖ Apontar os fatores positivos e negativos gerados por essa relação de dependência;
- ❖ Analisar como essa relação de dependência econômica interfere diretamente no desenvolvimento econômico, social e cultural de país.

A relação sino-angolana é antiga, com o país asiático está presente em Angola desde o período de luta por independência, a relação que inicialmente era dada apenas por questões ideológicas, passa a ser exclusivamente econômica após reformas no governo chinês.

A relação fortaleceu muito rapidamente, e no fim da década de 90, Angola ocupava o posto de segundo lugar nas relações comerciais com a China e entre os países africanos; atrás apenas da África do Sul. Nas décadas subsequentes a relação econômica cresceu mais ainda, impulsionada principalmente pelas linhas de crédito chinesas para construção e reforma de infraestruturas angolanas que estão desgastadas após quase 40 anos de conflitos (somando período de luta por libertação e guerra civil).

Nesta conjuntura, os principais fatores tornaram propício à relação sino-angolana cita-se (perspectiva angolana) a necessidade de capital do exterior para auxiliar na reconstrução do país e as dificuldades em conseguir financiamentos com bancos do Ocidente (FMI e Clube de Paris. Já na Perspectiva chinesa a busca por recursos naturais (principalmente petróleo), novos mercados para empresas chinesas e o apoio político.

Visando compreender mais profundamente as condições da cooperação em análise, foi realizado um levantamento de dados dos empréstimos realizados no período de 2002 a 2016, quais as principais características, como valor, prazo e forma de pagamento, financiador e a finalidade do financiamento. A maioria das linhas de crédito tinha como objetivo a construção de infraestruturas (escolas, hospitais, moradias populares e assim por diante) e eram pagos em petróleo. Observou-se também que as linhas de créditos chinesas

saiam com uma taxa de juros maior do que dos demais parceiros de Angola, principalmente por conter gastos extras com comissões.

Um aspecto importante é que o governo angolano não recebe em espécie o valor do financiamento, o projeto é realizado por uma empresa chinesa (selecionada pelo governo angolano, dentro de três opções que o estado chinês apresenta), Pequim efetua o pagamento diretamente a empresa responsável pela obra, após a entrega do projeto.

Com isso a quantidade de empresas chinesas em território angolano cresceu exponencialmente, elas são caracterizadas por utilizar material e mão-de-obra chinesa, argumentando que em Angola há pouca oferta de material, como também de profissionais qualificados. Outro setor que os chineses estão presentes em Angola é o petrolífero, através da criação de *joint-ventures* e aquisição de poços de petróleo angolanos.

Desde o fim da guerra civil e os primeiros financiamentos chineses, Angola evoluiu em diversos parâmetros socioeconômicos, como esperança de vida ao nascer, índice de desenvolvimento humano (IDH), população com acesso à água potável e população com acesso à rede sanitária, esses avanços podem ser ligados também ao apoio chinês, entretanto, a economia de Angola é extremamente dependente da venda de petróleo, sendo necessário urgentemente diversificar a economia para evitar danos causados pela queda no preço dessa *commodity*.

Com isso foi possível apontar os pontos positivos e negativos da cooperação entre Angola e China, de uma perspectiva angolana. No que diz respeito aos aspectos positivos é possível apontar a reconstrução do país, que conseguiu infraestruturas fundamentais para economia (estradas, pontes, aeroportos, entre outros) e para bem-estar da população (saneamento básico, hospitais, escolas, casas habitacionais, entre outros) através dos financiamentos chineses.

Além disso, China foi um agente fundamental para a volta da credibilidade angolana no mercado, tendo inicialmente sendo opção para os empréstimos de bancos ocidentais, quando Angola sofria pressões por reformas do FMI e por ter auxiliado na melhora dos índices econômicos angolanos, fazendo Angola ser vista com bons olhos por antigos parceiros, como (EUA, Portugal, Brasil, Índia e Turquia).

Como fatores negativos podem ser apontados à qualidade das infraestruturas construídas pelos chineses, embora o caso do Hospital de Luanda não tenha sido construído com os financiamentos chineses e a investigação tenha concluído que ambos os lados foram responsáveis, a população e a mídia angolana constantemente questionam a qualidade dos projetos entregues pelo país parceiro, e cobram maior participação dos nativos e fiscalização

mais rígida.

O modo da cooperação possui outros pontos que podem ser apontados como negativos, como a baixa quantidade de trabalhadores angolanos empregados nas obras, resultando em altos valores de desemprego. Além da não industrialização do país, que vê a maior parte das máquinas e produtos utilizados nas obras serem importados da China.

A cooperação mostrou-se de suma importância para o crescimento dos dois países, entretanto, de uma perspectiva angolana, alguns aspectos poderiam ser revisados para maior crescimento de Angola. Seriam eles: maior transparência nos financiamentos, proporcionando a população angolana o direito de cobrar as suas autoridades; uma maior porcentagem de funcionários angolanos no setor de construção civil, visando diminuir o número de informais e de desempregados; incentivo da produção nacional através do maior uso de equipamentos e materiais de produção local.

O governo angolano já mostrou que não é apenas um agente passivo na cooperação, portanto, para um maior benefício de Angola é necessário buscar reformas nos moldes da relação sino-angolana visando promover o desenvolvimento da econômica, redução da pobreza, criação de emprego, da expansão da capacidade produtiva nacional e do desenvolvimento humano.

Sugestões para pesquisas futuras

A relação sino-africana sofre diversas críticas dos países ocidentais, as críticas se baseiam em quatro principais argumentações:

A primeira aponta que a relação da China na África é baseada em um “safári por recursos”, ou seja, os países afirmam que a China mantém a relação por ter interesse em garantir matérias-primas para alimentar a sua industrialização e setor energético, com foco principal na busca por petróleo.

A segunda crítica é a presença de empresas chinesas, que vão desde companhias de construção a indústria têxtil, elas estariam causando uma desindustrialização nos países africanos, pois as empresas locais não teriam como competir com os baixos preços das estrangeiras, sendo obrigadas a fechar ou diminuir suas atividades. Também relacionado as empresas chinesas está a questão da mão-de-obra que é majoritariamente chinesa, além dos empregos nas empresas os chineses também competem com os africanos no comércio informal (CORKIN, 2012).

A China é retratada como um facilitador de governos párias, como Sudão e Zimbábue. Pois, ela minimiza as pressões externas que estes países sofrem para realizar reformas e melhorar o modo de governo, ao movimentar o comércio.

Outra questão constantemente levantada é que os empréstimos chineses estariam sendo certo tipo de “armadilha de dívida”. Em linhas gerais, as críticas em relação às linhas de créditos estão ligadas a preocupação *“de que alguns países acabem sendo incapazes de pagar sua dívida e permitam que Pequim assuma o controle de bens estratégicos financiados com esses empréstimos como forma de compensação”* (NENAKHOVA, p. 1, 2018).

Nesse contexto, propomos para trabalhos futuros utilizar a relação sino-angolana como estudo de caso para analisar se as críticas feitas à relação da China com os países africanos realmente têm fundamentos.

Ao longo do trabalho foi possível observar a grande dependência angolana no petróleo cru, com cerca de 90% das exportações, por ser um recurso mineral não renovável e que sofre com forte variações no seu preço, de acordo com a demanda e procura, está dependência causa diversos pontos negativos para a economia angolana, a queda no preço do petróleo observado nos últimos anos, por exemplo, causou queda no PIB angolano e desvalorização da moeda local (*Kwanza*). Posto isso, propomos um trabalho que analise a possibilidade de diversificação do mercado angolano, gerando um aumento de receitas e diminuindo a dependência na exportação de petróleo cru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARSÆTHER, A. **Chinese Colonialism or South-South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola.** 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais) - Department of Comparative Politics, University of Bergen, Bergen, 2011.

AGUILAR, R.; GOLDSTEIN, A. The Chinisation of Africa: The Case of Angola. **World Economy**, v. 32, n. 11, p. 1543–1562, nov. 2009.

ALDEN, C.; ALVES, C. History & Identity in the Construction of China's Africa Policy. **Review of African Political Economy**, v. 35, n. 115, p. 43–58, 7 mar. 2008.

ALVES, A. G. M. P. Os Interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, 1 Mar 2010. 25-32.

ALVES, D. A presença chinesa em África: o caso de Angola. In: **Negócios Estrangeiros**. fevereiro/2007, pp. 56-71.

ALVES, F. **Actuação do Investimento Chinês no Mercado Angolano: Estratégia, Impactos e Tendências.** 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, ISG - Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/18030>. Acesso em: 05 maio 2020.

ANGONOTÍCIAS, 2005. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/6650/china-assume-participacao-em-dois-blocos-de-exploracao-petrolifera-em-angola>. Acesso em: 06 Abril 2020.

ANSHAN, L. **China Security**. 3. ed. Pequim: Summer, v. 3, 2007.

BAUMGARTNER, B. Angola - an Oil Dependant Country in Sub-Saharan Africa. **Studia Commercialia Bratislavensia**, v. 9, n. 35, p. 233–242, 2017.

BEGU, L. et al. China-Angola Investment Model. **Sustainability**, v. 10, n. 8, p. 2936, 18 ago. 2018.

BERNARDO, A. **Cooperação Bilatela Angola e China: Mitos e Verdade.** Orientador: Doutor Sérgio Vieira da Silva. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019.

BORREGO, Joana Filipa Jerónimo. **África como centro de interesse na política externa da China. Caso de estudo Angola.** 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5905/1/4015_7794.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRAUTIGAM, D. **Chinese Debt Relief: Fact and Fiction:** covid-19 has increased calls for china to forgive old loans time to sort out the facts and the fiction about how china manages

debt in troubled times. 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/04/chinese-debt-relief-fact-and-fiction/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRAUTIGAM, D; HWANG, Jyhjong. **Eastern Promises: New Data on Chinese Loans in África, 2000 to 2014**. 2016. SAIS China-Africa Research Initiative. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/publications>. Acesso em: 03 maio 2020.

BRAUTIGAM, D. The China África. **The China África: research initiative**, 2011. Disponível em: <http://www.chinaafricarealstory.com/2011/10/china-and-oil-backed-loans-in-angola.html>. Acesso em: 07 Abril 2020.

BRAUTIGAM, D. **The European Financial Review**, 2010. Disponível em: <http://www.europeanfinancialreview.com/?p=1336>. Acesso em: 2 Abril 2020.

BRITO, L. B. A presença chinesa em Angola: ameaças e oportunidades para o Brasil. I **Simpósi UERJ**, Rio de Janeiro, dezembro 2010.

CALABRESE, L. et al. **FOCAC 2018: principais sugestões da cúpula China-África**. 2018. Disponível em: <https://www.odi.org/blogs/10679-focac-2018-top-takeaways-china-africa-summit>. Acesso em: 04 maio 2020.

CAMPOS, I.; VINES, A. Angola and China – a pragmatic partnership. In: **Center for Strategic & International Studies**. London, março, 2008, pp. 1-26.

CEPIK, M. A política da cooperação espacial chinesa: contexto estratégico e alcance internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suppl 1, p. 81–104, nov. 2011.

CONDE, B. **Cooperação Internacional: a Cooperação Sino-Angolana E As Repercussões Económicas E Sociais Geradas Na Zona Envolvente Do Caminho-De-Ferro De Benguela**. 2009.

CORKIN, L. China and Angola: Strategic partnership or marriage of convenience?. **Angola Brief**, Luanda, Janeiro 2011. 4.

CORKIN, L. Chinese construction companies in Angola: A local linkages perspective. **Resources Policy**, v. 37, n. 4, p. 475–483, dez. 2012.

DOMBAXE, M. I. M. Os Problemas Energéticos em Angola : Energias Renováveis , a Opção Inadiável. p. 140, 2011.

ESTEVES, D. **Relações de Cooperação China-África: O Caso de Angola**. [S.l.]: Almedina, 2008.

FERNANDES, S. G. C. **Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas**. Orientador: Doutor Fernando Jorge de Castro Teixeira Cardoso. 2015. 266 f. Tese de Doutorado (Doutor em Estudos Africanos) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

GANDA, F. The influence of corruption on environmental sustainability in the developing economies of Southern Africa. **Heliyon**, v. 6, n. 7, p. e04387, 2020.

GONÇALVES, W. S. A Presença da China na África. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo. (Org.). **Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v. 01, p. 523-538.

IBGE. **IBGE - Países**. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/mapa/ranking/angola?indicador=77857&tema=6&ano=2018>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

INTERNATIONAL, T. **Corruption perceptions index**. Disponível em: <<https://www.transparency.org/en/cpi#>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

JUNIOR, M. J. O. As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI. **Fronteira Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, Minas Gerais, v. 12, n. 1, p. 122-141, Outubro 2016. ISSN 1679-5377.

MACAUHUB (Luanda). **Exportação de petróleo de Angola quebra mais de 10% em 2019**. 2020. Disponível em: <https://macauhubs.com.mo/pt/2020/01/30/pt-exportacao-de-petroleo-de-angola-quebra-mais-de-10-em-2019/>. Acesso em: 05 maio 2020.

MADE FOR MINDS. **Empresa norte-americana Cobalt é investigada por tráfico de influência em Angola**. 2012. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/empresa-norte-americana-cobalt-%C3%A9-investigada-por-tr%C3%A1fico-de-influ%C3%Aancia-em-angola/a-15887034>. Acesso em: 05 maio 2020.

MAZÉ, D.; CHAILAN, C. A South-South perspective on emerging economy companies and institutional coevolution: An empirical study of Chinese multinationals in Africa. **International Business Review**, p. 101704, maio 2020.

MINPET. **Relatório de Actividades do Sector Petrolífero, Referente ao Ano de 2009**. Ministério dos Petróleos, Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. Luanda. 2010.

NENAKHOVA, E. Especialista sobre China na África: “Se trata inclusive de um projeto de imagem pública”. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/economia/2018090412130510-china-africa-infraestruturas-creditos-divida/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

OECD - OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Importer/exporter by country**. 2018. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ago/>. Acesso em: 05 maio 2020.

OURIQUES, H. R.; SCHMIDT, G. B. Presença da china na África: maldição ou benção? **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 39, p. 37, abr. 2015.

PACHECO, B. L. P.; RITA, L. C. A. S. **Presença da China na África: Novo desenvolvimento ou novo colonialismo?** 2018. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/10/19/presenca-da-china-na-africa-novo-desenvolvimento-ou-novo-colonialismo/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PAULAS, A. L. **Cooperação sino-africana: os casos de Angola e Botswana**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

PAUTASSO, D. **A Economia Política Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistêmica**. SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul, v. 1, n. 1, p. 107-126, jul. 2015. ISSN 2236-871X. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/8>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PAUTASSO, D. **Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China**, por Diego Pautasso. Meridiano 47 - Journal of Global Studies, v. 10, n. 109, p. 23-25, 11.

PESSINI, L. (2005). VIII Congresso Mundial de Bioética Comentários e reflexões. **Revista Bioética**, vol. 13, nº 2, pp. 133-140.

PEREIRA, A. D.; MEDEIROS, K. O PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Estado e Democracia em Mudança no Século XXI**, Porto Alegre, 9 Setembro 2015. 1-20.

PHAM, J. P.; BELLO, A. S.; BARRY, B. FP Analytics. **Chinese Aid and Investment Are Good for Africa**, 2008. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/08/31/chinese-aid-and-investment-are-good-for-africa/>>. Acesso em: 06 Abril 2020.

PREST, B. C. Explanations for the 2014 oil price decline: Supply or demand? **Energy Economics**, v. 74, p. 63–75, ago. 2018.

REIS, Tiago. **Preço do petróleo: como varia essa commodity no mercado internacional**. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/preco-do-petroleo/>. Acesso em: 09 maio 2020.

ROSA, K. D. Jornal de Angola. **Site Jornal de Angola**, 2015. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/a_china_e_um_parceiro_imprescindivel>. Acesso em: 02 Abril 2020.

SANTOS, O. Mamãs quitandeiras, kúnguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, p. 35–61, 1 dez. 2011.

SILVA, M. M. D. **A Independência de Angola**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SONANGOL. **Blocos de Sucesso**. Disponível em: <<https://www.sonangol.co.ao/Português/ÁreasDeAtividade/Exploração e Produção/Paginas/Blocos-de-Sucesso.aspx>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SONANGOL. **Sonangol: Angola-Concessões**. Disponível em: <<https://www.sonangol.co.ao/Português/ÁreasDeAtividade/Concessionária/Paginas/Mapa-de-Concessões.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUSA, G. **Chineses em Angola: um novo imperialismo?** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/chineses-em-angola-um-novo-imperialismo/a-6464363>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

TANG, X. Bulldozer or Locomotive? The Impact of Chinese Enterprises on the Local Employment in Angola and the DRC. **Journal of Asian and African Studies**, v. 45, n. 3, p. 350–368, 18 jun. 2010.

TEKA, Z. Linkages to manufacturing in the resource sector: The case of the Angolan oil and gas industry. **Resources Policy**, v. 37, n. 4, p. 461–467, dez. 2012.

VICENTE, V. M. M. B. S. **O envolvimento geoestratégico da China no acesso aos recursos energéticos na África Austral: Os casos de Angola e Moçambique**. Universidade de Évora, 2015.

VINES, I. C. A. A. Angola And China: A Pragmatic Partnership. **CSIS Conference**, London, p. 28, Março 2008.

VOA. **Especialistas culpam governo por má qualidade de construções chinesas**. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/especialistas-culpam-governo-por-má-qualidade-de-construções-chinesas/4742362.html>>. Acesso em: 18 dez. 2020.